



**PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

EDITAL DE CHAMAMENTO N° 01/2025

INEXIGIBILIDADE N. 026/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2043/2025

TERMO DE CREDENCIAMENTO N. 01/2025

Observação: Aos interessados, atendem-se para uma leitura minuciosa deste Edital e do Termo de Referência (ANEXO I) para que não se aleguem desconhecimentos das disposições constantes do instrumento convocatório e de seus anexos.

O MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – RONDÔNIA, através do Departamento de Compras e Licitações, Pregoeiro/Assessor de Agente Público de Contratações e Equipe de Apoio, designado pela Portaria nº 055/2024, datado de 09 de fevereiro de 2024, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 01/2025, inexigibilidade de licitação n. 26/2025, em observância do que dispõe o art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e demais legislações pertinentes, aplicando-se, no que couber, os princípios do direito público, suplementados pelos preceitos do direito privado, do que se refere o Processo Administrativo n.º 2043/2025, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. OBJETO

1.1. O presente chamamento público tem por objeto o “**CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA SAÚDE, POR MEIO DE PESSOA JURÍDICA (PJ), PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – RONDÔNIA**” o que possibilitará, cumpridos os requisitos do edital, a celebração de contrato de prestação de serviços médicos com especialidades, especialistas, médicos generalistas, e profissionais de fonoaudiologia, neuropsicologia e terapia ocupacional.

1.2. O presente credenciamento contempla as demandas da Atenção Primária em Saúde – APS e demais serviços ofertados pelo Hospital Municipal, Unidade de Pronto Atendimento - UPA, Centro de Especialidade Médica (CEM) e Centro Especializado em Reabilitação (CER), vinculados a Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

1.4. A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc., estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar do Credenciamento as pessoas jurídicas interessadas que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao seu objeto.

2.2. Os serviços deverão ser prestados, necessariamente, nas unidades públicas de saúde da Secretaria Municipal da Saúde (SEMUSA) da cidade de Rolim de Moura e no Distrito de Nova Estrela de acordo com o critério de distribuição definido no Anexo I e/ou conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3. O credenciamento obedecerá às seguintes etapas:

I - Chamamento público, com a publicação de edital e respectivo regulamento;

II - Inscrição;

III - Habilitação;

IV - Assinatura do instrumento jurídico;

V - Publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do ente contratante ou jornal local de grande circulação.

2.4. É vedada a participação de pessoas físicas.

2.5. É vedada a participação de pessoas jurídicas que:

a) não atendam às condições e exigências contidas no presente Edital;

b) tenham sofrido restrições de qualquer natureza resultantes de contratos firmados com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

c) profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado, bem como não tenha disponibilidade para cadastramento profissional junto ao CNES;

d) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou por esta tenham sido declaradas inidôneas;

e) também não poderão participar deste Credenciamento quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

f) Se enquadre em qualquer das hipóteses do art. 14º, da Lei nº 14.133/2021.

g) Estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação.

2.6. Todas Pessoas Jurídicas que comparecerem à Chamada Pública e comprovarem as aptidões necessárias serão credenciados pelo Departamento de Compras e Licitações.

2.7. As Pessoas Jurídicas credenciadas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para assinatura do instrumento contratual que trata este edital, contados a partir da comunicação oficial da Secretaria Municipal da Saúde.

2.8. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e

sucessivos períodos, ou interrompido conforme necessidade da administração pública, até o limite da permissibilidade conferida, na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

2.9. As Pessoas Jurídicas que vierem a ser credenciadas por força do presente Chamamento Público deverão iniciar suas atividades a partir da assinatura do contrato.

2.10. O inadimplemento contratual implicará em sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no respectivo contrato, assegurado o direito à ampla defesa.

2.11. As Pessoas Jurídicas credenciadas deverão manter durante todo o vínculo contratual as mesmas condições de habilitação constantes no instrumento editalício.

3. DA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados deverão apresentar os documentos necessários ao credenciamento em cópias autenticadas, ou cópias dos documentos acompanhados dos documentos originais para conferência, a partir do **dia 01 de julho 2025, com início às 08:00 horas até às 13 horas** (Horário Local), e permanecerá em aberto o prazo até dia 30/06/2026 no Departamento de Compras e Licitações, junto ao prédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA, à Avenida João Pessoa, 4478, centro, no município de Rolim De Moura – Rondônia.

3.2 Com exceção aos que preferirem o envio dos documentos na forma prevista no item 3.5 do edital, os documentos deverão ser entregues em envelopes com título descrito da seguinte maneira:

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA SAÚDE 01/2025
NOME COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA
CARGO OU ESPECIALIDADE A QUAL DESEJA PARTICIPAR.

3.3. As dúvidas sobre o Edital poderão ser esclarecidas, desde que encaminhadas, formalmente, ao Departamento de Compras e Licitações, durante o período de vigência deste credenciamento, no endereço constante do item 3.1 deste Edital.

3.4. Serão inscritos todos os interessados que apresentarem os documentos exigidos no presente edital;

3.5 DO ENVIO DE DOCUMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

3.5.1. Serão aceitos, para fins de inscrição, comprovação de requisitos ou quaisquer outras finalidades previstas neste edital, os documentos enviados por meio eletrônico, exclusivamente para o endereço de e-mail: cpl@rolindemoura.ro.gov.br dentro dos prazos estabelecidos.

3.5.2. Os documentos deverão ser digitalizados e enviados em **um único arquivo**, no formato PDF, com todas as páginas **numeradas sequencialmente e organizadas em ordem concatenada**, de modo a preservar a clareza e a completude das informações. O arquivo deverá estar legível, completo, devidamente assinado quando necessário, e identificado com os dados da pessoa jurídica e de seu representante legal no corpo do e-mail.

3.5.3. É de inteira responsabilidade do(a) remetente garantir o correto envio e a tempestividade da submissão, bem como a confirmação de recebimento pelo destinatário. Caso não receba confirmação automática ou resposta no prazo de 2 (duas) horas (durante o horário das 8h as 13h local) o(a) remetente deverá adotar as providências necessárias para obter manifestação expressa

quanto à recusa ou não recebimento do material. A ausência dessa verificação poderá resultar na desconsideração do envio.

3.5.4. Arquivos enviados fora das especificações exigidas, em formato diferente, ilegíveis, incompletos, ou fora do prazo estabelecido serão automaticamente desconsiderados, sem possibilidade de complementação posterior.

4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1 Os interessados deverão apresentar a documentação abaixo relacionada, original ou cópia autenticada, salvo os documentos gerados automaticamente por sistemas disponíveis na Internet, desde que a veracidade dos mesmos possa ser conferida:

a) **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

e) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

f) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

4.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

4.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

4.2.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

4.2.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

4.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

4.3.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

4.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.4.1 Documento de Identidade Profissional onde consta o número de inscrição junto à entidade profissional da área de atuação;

4.4.2 Certificado de conclusão de curso: Diploma – devidamente registrado no órgão ou entidade competente;

4.4.3 Certificado de registro de especialidade no respectivo conselho (se for o caso);

4.4.4 Certidão que comprove adimplência/quitação de anuidade junto ao Conselho Regional da Categoria;

4.4.5 Certidão negativa de processo junto a Comissão de Ética do Conselho Regional a qual está submetido;

4.4.6 Atualização do CNES de acordo com a Portaria SAS 134 de 05 de abril de 2011, junto a Secretaria Municipal de Saúde deste município; fica dispensado para empresas que prestarem os atendimentos nas unidades de Saúde pertencentes ao município;

4.4.7 Alvará Vigilância Sanitária; fica dispensado para empresas que prestarem os atendimentos nas unidades de Saúde pertencentes ao município;

4.4.8 Declaração de Entidade Filantrópica, se for o caso.

4.4.9 O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.4.10 **Atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por entidades públicas ou privadas, comprovando experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação;

4.4.11 Comprovante de inscrição no SCNES (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) da empresa e dos profissionais a serem disponibilizados;

4.4.12 Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) para médicos especialistas, conforme exigência do Conselho Federal de Medicina (CFM).

4.5 DECLARAÇÕES

4.5.1 Declaração de Aceite do edital e de ter conhecimento da tabela de serviços da área de saúde aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde e tabela de honorários consultas/procedimentos - conforme consta no Termo de Referência (ANEXO I);

4.5.2 Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme disposto no art. 68, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo anexo a este Edital;

4.5.3 Declaração de que a empresa para todos os fins legais, e em especial em atendimento ao art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme modelo anexo a este Edital;

4.5.4 Declaração de que a empresa para todos os fins legais, em especial em atendimento ao art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, que cumpre os requisitos legais para o enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apta a usufruir o tratamento favorecido assegurado em lei, conforme modelo anexo a este Edital;

4.5.5 Declaração de Inexistência de Servidor Público, conforme modelo anexo a este Edital.

5. DA FORMA DE PROCESSAMENTO PARA HABILITAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE CONVOCAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS

5.1 DA FORMA DE PROCESSAMENTO PARA HABILITAÇÃO

5.1.1 A documentação exigida para fins de credenciamento será encaminhada pelo Departamento de Compras para a **Comissão Especial da SEMUSA** que analisará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, conforme disposições constantes do Termo de Referência;

5.1.2 Após análise da documentação, a Comissão de Credenciamento emitirá relatório conclusivo sobre a viabilidade do credenciamento;

5.1.3 Os resultados dos pedidos de credenciamento poderão ser apresentados paulatinamente, devendo ser publicados no Diário Oficial do Município;

5.1.4 Serão credenciados todos os interessados que atenderem às exigências do presente Edital, ficando a Administração autorizada a contratá-los para a efetiva prestação dos serviços demandados na área da saúde, quando da necessidade;

5.1.5 Da decisão de deferimento ou indeferimento do credenciamento, proferida pela Comissão de credenciamento da Secretária Municipal de Saúde, caberá recurso junto à Secretaria Municipal de Saúde, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Município;

5.1.6. Será inabilitado o interessado que não apresentar toda a documentação exigida em conformidade do presente Edital, sendo o seu pedido de credenciamento indeferido;

5.1.7. Os serviços pleiteados para credenciamento deverão ser compatíveis com o objeto social da pessoa jurídica, o registro no Conselho profissional competente, a experiência e a capacidade instalada do interessado;

5.1.8 A Comissão de credenciamento poderá, a qualquer tempo, verificar a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões e declarações; a autenticidade dos documentos apresentados; bem como solicitar outros documentos que julgar necessários para a avaliação dos documentos apresentados;

5.1.9 A Comissão de Credenciamento poderá conceder prazo para que o interessado possa apresentar documentação ou informações complementares, a serem encaminhado no endereço e forma designada pela Comissão Especial da SEMUSA;

5.1.10 O Município de Rolim de Moura/RO não se obriga a contratar todos os profissionais credenciados, reservando-se o direito de contratar, de acordo com a necessidade definida pela Secretaria Municipal da Saúde, observando sempre a disponibilidade financeira e orçamentária;

5.1.11. Uma vez deferido o credenciamento, o interessado será convocado em observância a ordem cronológica de inscritos, conforme demanda apresentada pela Secretaria Municipal da Saúde, através da publicação no diário oficial;

5.1.12. Caberá à Secretaria Municipal da Saúde promover o acompanhamento quanto à validade dos documentos apresentados pelo Credenciado, ficando este obrigado a apresentar os documentos atualizados, sob pena de ser descredenciado.

5.2 DOS CRITÉRIOS DE CONVOCAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS

5.2.1 Conforme consta do item 6.1.5 do Termo de Referência (ANEXO I):

A convocação dos profissionais credenciados para execução dos serviços será realizada pela SEMUSA, com base em critérios técnicos, objetivos e isonômicos, observando-se a compatibilidade entre a especialidade ofertada e a demanda existente, respeitando-se as seguintes diretrizes:

I – Ordem cronológica de credenciamento homologado, conforme protocolo administrativo;

II – Tempo de experiência comprovada na área específica de atuação, conforme atestados de capacidade técnica ou declarações funcionais válidas;

III – Capacitações, cursos de atualização e/ou formações complementares na área de atuação, devidamente comprovados por certificados;

IV – Disponibilidade declarada previamente pela empresa credenciada, de acordo com as necessidades operacionais da rede de saúde;

V – Histórico de pontualidade, assiduidade e qualidade na prestação de serviços anteriores, com base nos relatórios de fiscalização e avaliação técnica emitidos pela SEMUSA;

VI – Situações emergenciais ou de desassistência iminente, hipótese em que a convocação poderá seguir critérios de urgência e conveniência administrativa, devidamente justificados.

Parágrafo único: A SEMUSA poderá, a seu critério, promover a **rotatividade entre os credenciados habilitados**, quando houver mais de um prestador apto à mesma função, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços e preservar a isonomia entre os credenciados.

6. DOS PRAZOS

6.1 O prazo máximo para a assinatura de cada Contrato é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação do interessado, prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado dirigido à Comissão de Credenciamento da Secretaria Municipal da Saúde.

6.2 O prazo de vigência para a execução dos serviços objeto deste credenciamento será pelo período de até 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério de ambas as partes, até o limite da permissibilidade conferida, na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

6.3. Fica estabelecido que, caso a Prefeitura de Rolim de Moura – RO finalize o concurso público atualmente em fase de preparação, a contratação dos profissionais de saúde, incluindo os com especialidades médicas, será prioritariamente realizada por meio deste concurso. Em consequência, poderá ocorrer a rescisão antecipada do presente contrato, sem que tal ato gere qualquer direito a indenização para a contratada. Esta condição visa alinhar as necessidades temporárias à futura contratação permanente dos profissionais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração municipal.

7. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Rolim de Moura/RO, mediante previsão abaixo em 2025:

02.08.01 – Secretaria Municipal de Saúde

05.011.10.122.0013.2.077 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUSA/FMS

3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros - PJ. FICHA: 45.

8. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

8.1 Conforme disposições constantes no item 8 e seguintes do Termo de Referência (ANEXO I);

9. DO REAJUSTAMENTO CONTRATUAL E DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 Conforme disposições constantes no item 16 do Termo de Referência (ANEXO I);

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao

funcionamentodos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsadurante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.2 **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Multa:

10.2.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) até 30,0% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.4.2. 0,5% (cinco décimos por cento) até 30,0% (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

10.2.4.3. 0,5% (cinco décimos por cento) até 30,0% (trinta por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

10.2.4.4 As penalidades de multa, decorrentes de fatos diversos, serão consideradas independentes entre si.

10.2.4.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até 3 (três) anos; quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º).

10.3 Sanção Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo (§ 5º).

10.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.5 As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.7 A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.8 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.10 Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.12 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.13 Na aplicação das sanções, a autoridade competente, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Conforme disposições constantes no item 13 do Termo de Referência (ANEXO I);

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.2. Conforme disposições constantes no item 12 do Termo de Referência (ANEXO I);

13. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Conforme disposições constantes no item 14 do Termo de Referência (ANEXO I);

14. DA REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Os serviços a serem realizados deverão atender ao quanto disposto no Termo de Referência (ANEXO I) adotados no presente Edital.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021, e pela Lei Municipal nº 3.054 de 28 de junho de 2023 e alterações.

15.2. Os interessados se obrigam a seguir a sistemática estabelecida neste Edital, no que tange à forma de apresentar a documentação exigida;

15.3 O credenciado compromete-se a aceitar, cumprir e fazer cumprir as determinações legais e demais normas emanadas do Ministério da Saúde, e órgãos e entidades a ele vinculadas e da SEMUSA, e a acatar as resoluções que regem o Sistema Único de Saúde – SUS.

15.4 O credenciado declara ainda, aceitar os termos das Normas Gerais do SUS, inclusive no que tange à sujeição às necessidades e demanda da SEMUSA.

15.5 O credenciado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato para os seus acréscimos, nos termos do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.6 O interessado deverá providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessário, não só para o credenciamento e assinatura do Contrato, como também, no decorrer dos serviços;

15.7 O interessado deverá responder por todos os ônus e obrigações concernentes à Legislação Fiscal, Social, Tributária e Trabalhista;

15.8 O presente credenciamento poderá ser anulado a qualquer tempo, se verificada ilegalidade no processamento ou julgamento, ou revogado, a juízo da Administração, por motivos de conveniência ou oportunidade, mediante decisão fundamentada.

15.9. Ainda como documentação complementar, no ato da assinatura, o Credenciado apresentará declaração expressa de que assumirá total e irrestrita responsabilidade por qualquer dano que venha a causar a PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA ou a terceiros, por si, seus representantes ou prepostos, quando da execução dos serviços contratados;

15.10. Em caso de divergência entre disposições do instrumento convocatório e seus anexos, prevalecerá as do Edital.

16 DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rolim de Moura, Estado de Rondônia para solucionar as questões atinentes à licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Formalização, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

17. INFORMAÇÕES GERAIS

17.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3442-1091, no e-mail: semusa.rolimdemoura@gmail.com, e/ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal na Avenida João Pessoa, nº 4478, Centro, Rolim de Moura - RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

18. ANEXOS DO EDITAL

18.1 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Atestado de capacidade técnica

ANEXO III – Modelo de formulário de inscrição para credenciamento;

ANEXO IV – Declaração de que os proprietários e/ou responsáveis não pertencem ao quadro de servidores públicos que exercem cargo de chefia e/ou função de confiança;

ANEXO V – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição;

ANEXO VI – Declaração de Idoneidade;

ANEXO VII – Declaração de cumprimento das condições de habilitação concordância com Edital;

ANEXO VIII – Termo de comprometimento com os plantões assumidos;

ANEXO IX – Enquadramento Como Microempresa Ou Empresa De Pequeno Porte

ANEXO X – Modelo De Declaração De Fatos Impeditivos

ANEXO XI – **DECRETO Nº 6.591/2025** - “Altera os valores dos Plantões da Lei nº 4.118, de 06 de julho de 2022”.

ANEXO XII - **RESOLUÇÃO Nº 018-CMS/2025** – “Tabela diferenciada para remuneração dos serviços prestados por médicos e profissionais de áreas em saúde, credenciados pela Secretaria Municipal de Saúde de Rolim de Moura/RO”.

ANEXO XIII – TERMO DE CREDENCIAMENTO.

Rolim de Moura - RO, 29 de maio de 2025.

EDNEI RANZULA DA SILVA
Chefe do Setor de Compras e Licitações
Portaria 113/2023

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA **Lei Federal nº 14.133/21**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços médicos e profissionais da saúde, por meio de Pessoa Jurídica (PJ), para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA de Rolim de Moura – RO. Os serviços serão prestados nas unidades de saúde, incluindo Atenção Primária em Saúde (APS), Hospital Municipal Amélio João da Silva, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Centro de Especialidades Médicas (CEM) e Centro Especializado em Reabilitação (CER). A contratação abrangerá profissionais médicos especialistas, médicos generalistas, e profissionais de fonoaudiologia, neuropsicologia e terapia ocupacional, que atuarão conforme a necessidade da Rede Pública de Saúde. Os serviços serão remunerados com base na quantidade de horas trabalhadas, onde a Atenção Básica estruturada em carga horária semanal de 40 horas e as demais especialidades conforme escala definida pela SEMUSA. Os profissionais credenciados, deverão atuar conforme as diretrizes e protocolos da Rede SUS, garantindo assistência qualificada à população, com suporte técnico e estrutura disponibilizada pelo município.

2. DO OBJETO

2.1.1. O presente chamamento público tem por objeto o “credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços médicos e profissionais da saúde, por meio de pessoa jurídica (PJ), para atendimento das unidades de saúde pertencentes ao Município de Rolim de Moura – Rondônia” o que possibilitará, cumpridos os requisitos do edital, a celebração de contrato de prestação de serviços médicos com especialidades, especialistas, médicos generalistas, e profissionais de fonoaudiologia, neuropsicologia e terapia ocupacional.

2.1.2. O presente credenciamento contempla as demandas da Atenção Primária em Saúde – APS e demais serviços ofertados pelo Hospital Municipal, Unidade de Pronto Atendimento - UPA, Centro de Especialidade Médica (CEM) e Centro Especializado em Reabilitação (CER), vinculados a Secretaria Municipal de Saúde.

2.1.3. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

2.1.4. A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO E LOCAL DE ATENDIMENTO	UND	Valor Unit.
1	Prestação de Serviços Médicos - Medicina de emergência ou medico generalista - Local: UPA	Horas	R\$ 120,00
2	Prestação de Serviços Médicos - Medicina da família e Comunidade ou saúde coletiva ou medico generalista - Local: Atenção Primária em Saúde	Mês	R\$ 14.386,50
3	Prestação de Serviços Médicos – Cardiologista, com RQE - Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 170,00

4	Prestação de Serviços Médicos – Cardiologia - Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
5	Prestação de Serviços Médicos – Ginecologista, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 170,00
6	Prestação de Serviços Médicos - Ginecologia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
7	Prestação de Serviços Médicos – Neurologista, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 170,00
8	Prestação de Serviços Médicos - Neurologia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
9	Prestação de Serviços Médicos - Obstetra (ambulatório de alto risco), com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 180,00
10	Prestação de Serviços Médicos - Obstetrícia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
11	Prestação de Serviços Médicos – Oftalmologista, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 170,00
12	Prestação de Serviços Médicos - Oftalmologia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
13	Prestação de Serviços Médicos – Pediatra, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 170,00
14	Prestação de Serviços Médicos - Pediatria – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
15	Prestação de Serviços Médicos – Ultrassom, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 170,00
16	Prestação de Serviços Médicos - Ultrassonografia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
17	Prestação de Serviços Médicos – Anestesiologista, com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 200,00
18	Prestação de Serviços Médicos - Anestesiologia RQE áreas diversas – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 170,00
19	Prestação de Serviços Médicos - Anestesiologia – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 150,00
20	Prestação de Serviços Médicos – Obstetra (ambulatório de alto risco) com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 170,00
21	Prestação de Serviços Médicos - Obstetrícia – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 150,00
22	Prestação de Serviços Médicos – Ortopedista, com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 170,00
23	Prestação de Serviços Médicos - Ortopedia – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 150,00
24	Prestação de Serviços Médicos – Pediatra, com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 170,00
25	Prestação de Serviços Médicos - Pediatria – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 150,00
26	Prestação de Serviços Médicos – Ultrassom, com RQE - Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 170,00
27	Prestação de Serviços Médicos - Ultrassonografia – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 150,00
28	Prestação de Serviços Médicos - Médico Generalista – setor de transporte e auxiliar cirurgico – Local:	Horas	R\$ 120,00
29	Prestação de Serviços - Fonoaudiólogo – Local: Centro Especializado em Reabilitação	Horas	R\$ 75,00
30	Prestação de Serviços - Psicólogo com especialização em Neuropsicologia, com testes de cognição – Local: Centro Especializado	Horas	R\$ 75,00

	em Reabilitação		
31	Prestação de Serviços - Terapeuta Ocupacional – Local: Centro Especializado em Reabilitação	Horas	R\$ 75,00
32	Prestação de Serviços Médicos - Cirurgião Geral – com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva.	Horas	R\$ 200,00
33	Prestação de Serviços Médicos - Psiquiatra – com RQE - Locais: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Centro de Reabilitação – CER.	Horas	R\$ 170,00
34	Prestação de Serviços Médicos – Psiquiatria – Locais: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS E Centro de Reabilitação – CER.	Horas	R\$ 150,00
35	Prestação de Serviços Médicos - Geriatria – com RQE – Locais: Centro de Especialidades Médicas – CEM, Hospital Municipal Amélio João da Silva e Atenção Básica.	Horas	R\$ 170,00
36	Prestação de Serviços Médicos - Geriatria – Locais: Centro de Especialidades Médicas – CEM, Hospital Municipal Amélio João da Silva e Atenção Básica.	Horas	R\$ 150,00

2.1.5. Metodologia de Cálculo

A estimativa das quantidades foi baseada nos seguintes critérios:

- Média histórica de atendimentos realizados nas unidades de saúde do município;
- Número de profissionais necessários para atender à demanda mínima exigida;
- Expansão da cobertura assistencial conforme planejamento da SEMUSA;
- Jornada semanal de trabalho definida para cada especialidade e local de atuação;
- Referências de carga horária conforme padrões do Sistema Único de Saúde (SUS).

A contratação prevista busca assegurar a disponibilidade de profissionais médicos especializados para suprir a demanda do município e garantir o atendimento adequado à população, evitando desassistência em áreas críticas da saúde pública.

2.2. URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – UPA

Prestação de Serviço por profissional Médico: Clínico geral Requisitos: Experiência em urgência, emergência e trauma. Tempo mínimo de 3 anos de experiência médica, ou tendo ACLS ou ATLS (ou ambos). Carga horária dia poderá ser: 12h (diurno ou noturno), 24h ou conforme necessidade da Unidade, podendo ser carga horária inferior a descrita. Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ.

Observação e justificativas

A Unidade de Pronto Atendimento – UPA, é a porta de entrada da rede de atenção às urgências em nosso Município, portanto, o bom andamento dos trabalhos da Unidade requer a indispensável contratação de serviço de médicos, os quais atuam diuturnamente no atendimento ininterrupto à população, articulando a assistência com os trabalhos não ofertados na Atenção Básica, pois, possui estrutura simplificada e resolutiva, para os casos que não requer a imediata internação dos pacientes, minimizando com isso o agravamento de saúde das urgências e emergências que não necessariamente precisa passar por atendimento hospitalar. Deste modo, os serviços médicos são indispensáveis para a composição dos serviços realizados/prestados na referida Unidade.

2.3. ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE – APS*

Prestação de Serviço por profissional Médico: Clínico com especialização em saúde da família ou clínico geral Requisitos: Diploma, Certificado ou Declaração de Especialização na área pretendida para Assistência em saúde da família, atendimento ambulatorial, urgência e emergência e demanda em geral.

Geriatra e ou Geriatria - Requisitos: Diploma, Certificado ou Declaração de Especialização na área pretendida.

Carga horária: 40h semanal por profissional prestador de serviço, de segunda a sexta-feira.

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Setor	Prestador de serviço	Hs por dia	Hs por mês	Hs por ano
Unidades básica de saúde - UBS	Médico com especialização em saúde da família ou clinico geral	08hs	Dias úteis do calendário da APS	Proporcional aos dias úteis do mês multiplicando por 12 meses

Observação e justificativas

A contratação de médicos para a Atenção Básica, é necessária, em razão do cumprimento da nova portaria de financiamento da Atenção Primária à Saúde, que condiciona a ampliação da cobertura assistencial com incremento de novas equipes de Saúde da Família (ESF), que por sua vez garantem o repasse de recursos para o financiamento. Outro ponto em destaque além da assistência presencial, é a necessidade de profissionais médicos mediadores -preceptores para a prestação de serviço em saúde por meio da telemedicina, conforme a prestação do serviço disponibilizado pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Hospital Albert Einstein, ampliando o acesso, minimizando o tempo de espera e qualificando o atendimento remoto.

2.4. CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS

Prestação de Serviço por profissional Médico: Obstetra (Ambulatório de Alto risco)

Requisitos: Registro de Qualificação de Especialidade – RQE

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 180,00.

Prestação de Serviço por profissional Médico: Pediatra, Ginecologista, Oftalmologista, Neurologista (adulto), Cardiologista (adulto), **Geriatra**.

Requisitos: Registro de Qualificação de Especialidade – RQE

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 170,00.

Prestação de Serviço por profissional Médico: Cardiologia, Ginecologia, Neurologia, Obstetrícia, Oftalmologia, Pediatria, Ultrassonografia e **Geriatria**.

Requisitos: Diploma, Certificado ou Declaração de Especialização na área pretendida

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 150,00.

Observação e justificativas

A prestação de serviço ocorrerá em dias úteis, em período diurno, junto as dependências do CEM, sendo, portanto, utilizado os equipamentos médicos disponibilizados nos consultórios da Unidade, para que sejam dispensados os atendimentos aos usuários do SUS, objeto da presente prestação de serviço. O profissional obstetra deverá prestar atendimento ambulatorial as pacientes com gestação de alto risco.

2.5. HOSPITAL MUNICIPAL AMÉLIO JOÃO DA SILVA

Prestação de Serviço por profissional Médico: Anestesiologista e **Cirurgião Geral**

Requisitos: Registro de Qualificação de Especialidade – RQE

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 200,00.

Prestação de Serviço por profissional Médico: Obstetrícia, Ortopedia, Pediatria e Ultrassonografia e **Geriatra**

Requisitos: Registro de Qualificação de Especialidade – RQE

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 170,00.

Prestação de Serviço por profissional Médico: Anestesiologista, Obstetrícia, Ortopedia, Pediatria e Ultrassonografia e **Geriatra**

Requisitos: Diploma, Certificado ou Declaração de Especialização na área pretendida

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 150,00.

Prestação de serviço por profissional médico generalista

Requisito: Graduado em medicina

Modalidade de Contratação: Credenciamento de Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 120,00.

Observação e justificativas

A prestação de serviço em obstetrícia ocorrerá em centro cirúrgico e ambulatório, em atendimento às gestantes e puérperas. Já o trabalho de sedação será realizado no pré-operatório de cirurgias obstétricas, cirurgias eletivas e em quaisquer procedimentos cirúrgicos de urgência e emergência. O atendimento em pediatria ocorrerá em ambulatório, centro cirúrgico, clínica pediátrica, bem como nas urgências e emergências, incluindo avaliação pediátrica conforme solicitação do médico plantonista da UPA. No tocante aos serviços de ortopedia, serão realizados atendimentos ambulatoriais, avaliações ortopédicas e cirurgias eletivas. E a parte de realização de exames por imagem utilizará o espaço da Unidade para o fim específico, sendo comum a todos os serviços a assistência aos pacientes internos, agendados e os encaminhados pela UPA. Em razão da necessidade, acrescenta-se a contratação de serviços de profissionais médicos generalistas, os quais deverão exercer suas atividades junto ao setor de transporte de pacientes e suporte às cirurgias (pré-operatório, operatório e pós-operatório), seja no atendimento junto ao centro cirúrgico como também nas enfermarias da Unidade Hospitalar.

2.6. CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CAPS

Prestação de Serviço por profissional: **Psiquiatra**

Requisitos: Diploma, Certificado ou Declaração de Especialização

Requisitos: Registro de Qualificação de Especialidade – RQE

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 170,00.

Prestação de Serviço por profissional: **Psiquiatria**

Requisitos: Diploma, Certificado ou Declaração de Especialização

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 150,00.

Observação e justificativas

A prestação de serviço ocorrerá de forma individualizada e/ou em equipe multiprofissional, no âmbito do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, assistindo usuários com transtornos mentais severos e persistentes, bem como suas famílias. Os atendimentos compreenderão acompanhamento clínico, terapêutico e intervenção especializada, alinhados aos princípios da atenção psicossocial, visando a promoção da autonomia, inclusão social e reabilitação psicossocial dos pacientes assistidos.

Das atribuições do cargo PSQUIATRA E OU PSQUIATRIA

Realizar avaliação, diagnóstico e acompanhamento clínico de pacientes com transtornos mentais severos, persistentes, dependência química e demais agravos relacionados à saúde mental; Prescrever, acompanhar e ajustar terapias farmacológicas, conforme protocolo clínico, diretrizes da assistência psicossocial e necessidades individuais dos pacientes; Participar ativamente da elaboração, discussão e monitoramento dos **Projetos Terapêuticos Singulares (PTS)**, em conjunto com a equipe multiprofissional; Realizar atendimentos individuais, familiares e, quando necessário, participar de atividades terapêuticas em grupo; Emitir pareceres, laudos, relatórios e documentos técnicos necessários para continuidade do cuidado e atendimentos vinculados às demandas assistenciais e judiciais; Avaliar a necessidade de internação psiquiátrica, bem como acompanhar processos de desinstitucionalização, reinserção social e promoção da autonomia dos usuários; Atuar em articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), unidades de saúde, assistência social, educação e demais serviços intersetoriais; Participar de reuniões clínicas, supervisões, discussões de casos e momentos de educação permanente junto à equipe técnica do CAPS; Assegurar a integralidade do cuidado, respeitando os princípios éticos, técnicos e legais inerentes à prática médica e às diretrizes do SUS.

2.7. CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO (CER)

Prestação de Serviço por profissional: Psiquiatra

Requisitos: Diploma, Certificado ou Declaração de Especialização

Requisitos: Registro de Qualificação de Especialidade – RQE

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 170,00.

Prestação de Serviço por profissional: Psiquiatria

Requisitos: Diploma, Certificado ou Declaração de Especialização

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 150,00.

Prestação de Serviço de atendimento Neuropsicológico

Requisitos: Diploma, Certificado ou Declaração de Especialização, com teste de cognição.

Carga horária dia: 08hs

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 75,00.

Prestação de Serviço por profissional: Fonoaudiólogo

Requisitos: Diploma, Certificado ou Declaração de Conclusão

Carga horária dia: 08hs

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 75,00.

Prestação de Serviço por profissional: Terapeuta Ocupacional

Requisitos: Diploma, Certificado ou Declaração de Conclusão

Carga horária dia: 08hs

Modalidade de Contratação: Credenciamento Pessoa Jurídica – PJ

Valor da hora: R\$ 75,00.

Observação e justificativas

A prestação de serviço ocorrerá por trabalhos em equipe multidisciplinar ou individualizado, junto ao CER, assistindo pacientes encaminhados ao serviço especializado em reabilitação. Alcançando os serviços de acompanhamento e assistência à pacientes atípicos e suas famílias na oferta de serviços especializados.

Das atribuições do cargo Fonoaudiólogo

Diagnóstico, acompanhamento, tratamento assistencial, investigação e pesquisa relacionados a realizar avaliações abrangentes para identificar as causas e a gravidade dos problemas de comunicação, audição, deglutição, mastigação e outras funções relacionadas, ao tratamento e a reabilitação, desenvolvendo e implementando planos de tratamento individualizados, utilizando estratégias terapêuticas e técnicas específicas para cada caso, visando a recuperação ou melhora da função afetada. Fornecendo as informações e orientação aos pacientes, familiares e outros profissionais de saúde sobre as causas, prognóstico e tratamento dos problemas, promovendo a adesão ao tratamento e o autocuidado. Realizar a Triagem Auditiva Neonatal (TAN) ou "teste da orelhinha" (EOAE) para identificar alterações auditivas em recém-nascidos. Avaliar a audição através de exames como audiometria e outros, dependendo da faixa etária e do tipo de alteração suspeita. Avaliar e diagnosticar alterações na audição, linguagem, fala, mastigação e deglutição, visando a melhora da comunicação.

Das atribuições do cargo Psicólogo com especialização em Neuropsicologia

Avaliação/Diagnóstico, acompanhamento, tratamento assistencial, investigação, exames, laudos, aplicação de testes e pesquisa relacionados à cognição, emoções, personalidade e comportamento, considerando a interação com o funcionamento cerebral. Utilizar conhecimentos teóricos das neurociências e prática clínica, empregando metodologia experimental ou clínica. **Utilizar instrumentos padronizados para avaliar e aplicar testes (estes a cargo do contratado)** de funções neuropsicológicas, como atenção, percepção, linguagem, raciocínio, abstração, memória, aprendizagem e habilidades acadêmicas. Emitir laudos clínicos, jurídicos ou de perícia, complementando diagnósticos na área de desenvolvimento e aprendizagem. Trabalhar com pessoas com deficiência intelectual e demais deficiências, utilizando modelos de pesquisa clínica e experimental. Desenvolver planos de cuidado assistencial nas intervenções e reabilitação específicas a indivíduos e grupos afetados, com necessidades cognitivas ou comportamentais.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

A SEMUSA de Rolim de Moura – RO, tem enfrentado dificuldades na manutenção de um quadro permanente de profissionais médicos, técnicos e especialistas em saúde, o que por vezes interrompe e poderá comprometer a continuidade e eficiência dos atendimentos prestados à população. Diante

desse cenário, dentro do campo das certezas, a contratação de prestadores de serviços, por meio de empresas especializadas, através do credenciamento, surgindo como alternativa viável para garantir a prestação contínua dos serviços profissionais, contemplando as áreas de urgência, emergência, atenção primária e especialidades profissionais e médicas, tais como cardiologia, pediatria, ginecologia, ortopedia, neurologia, entre outras. A presente contratação suprirá a lacuna assistencial existente, assegurando a população o devido acesso aos serviços de saúde, atendendo às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), e os princípios da administração pública e do SUS. Considerando ainda que o Município ainda necessita contratar profissionais ou serviços profissionais, para atender às demandas assistenciais necessárias ao funcionamento dos serviços sob suas responsabilidades, a contratação, visa implementar/ampliar os serviços próprios, cuja a oferta de profissionais ora existentes requer ampliação em razão a demanda ora existente a ser assistida pelo Sistema Único de saúde no Município, bem como ainda estarmos posicionados como Município Polo que atende a região de saúde da Zona da Mata. Destacamos que quando falamos em Saúde, está por sua vez demanda ações imediatas e eventuais, e, na maioria das situações em razão da alta demanda acabamos por ter um número de profissionais, que em sua totalidade, possa não assistir a demanda ora existente e atipicidades e particularidades da efetivação da política pública de saúde. Deste modo, buscando assistir à população na universalidade e integralidade dos serviços, justa é a necessidade da contratação dos serviços, como meio de realizar a promoção e prevenção em saúde e seus agravos, uma vez que a contratação dos serviços, visa não apenas recompor quadros de baixa de profissionais, sendo essa uma medida relevante na gestão da assistência em saúde, garantindo assim, a alocação sempre que necessário. Nesse sentido, a contratação dos serviços profissionais, é uma iniciativa deve ser encarada como medida complementar, que não substitui a responsabilidade do poder público de oferecer um serviço de saúde de qualidade e universal. A contratação dos serviços profissionais contribuirá para a melhoria da qualidade do atendimento à população. Por fim, esclarecemos que atualmente, a Prefeitura de Rolim de Moura - RO está em fase de realização de seu concurso público, o qual incluirá a contratação de profissionais nas especialidades médicas e demais profissionais objeto desta Contratação. No entanto, considerando que a demanda precisa ser suprida, e os prazos necessários para a realização de todas as etapas do concurso, ainda precedem de cumprimento de fases até a efetiva contratação através da posse dos aprovados, o que por sua vez, poderá ocasionar interrupções ou prejuízo aos serviços ora prestados à população. Ademais, a contratação garantirá à manutenção da gestão dos serviços, assegurando que as necessidades emergentes sejam atendidas prontamente, até que os processos internos para a admissão de novos servidores sejam finalizados. Evitando com isso, aumento e repressão de demandas, que por sua vez poderiam gerar prejuízos e potenciais processos judiciais.

4. JUSTIFICATIVA E DA QUANTIDADE;

4.1.1. A estimativa das quantidades foi realizada com base nas demandas dos serviços de saúde do município de Rolim de Moura – RO, considerando a necessidade de profissionais especializados, para atender às unidades de saúde municipais. A definição das quantidades levou em conta fatores como histórico de atendimentos, fluxo de pacientes, ampliação da cobertura assistencial, crescimento populacional local e regional, bem como as pactuações de saúde da Região Zona da Mata. A seguir, apresenta-se a previsão de horas de serviço a serem contratadas, distribuídas por especialidade e unidade de atendimento:

ITEM	DESCRIÇÃO E LOCAL DE ATENDIMENTO	UND
------	----------------------------------	-----

1	Prestação de Serviços Médicos - Medicina de emergência com experiência ou ou tendo ACLS ou ATLS (ou ambos) - Local: UPA	Horas
2	Prestação de Serviços Médicos - Medicina da família e Comunidade, ou saúde coletiva ou médico generalista - Local: Atenção Primária em Saúde	Mês
3	Prestação de Serviços Médicos – Cardiologista, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
4	Prestação de Serviços Médicos - Cardiologia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
5	Prestação de Serviços Médicos – Ginecologista, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
6	Prestação de Serviços Médicos - Ginecologia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
7	Prestação de Serviços Médicos – Neurologista, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
8	Prestação de Serviços Médicos - Neurologia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
9	Prestação de Serviços Médicos - Obstetra (ambulatório de alto risco), com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
10	Prestação de Serviços Médicos - Obstetricia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
11	Prestação de Serviços Médicos – Oftalmologista, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
12	Prestação de Serviços Médicos - Oftalmologia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
13	Prestação de Serviços Médicos – Pediatra, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
14	Prestação de Serviços Médicos - Pediatria – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
15	Prestação de Serviços Médicos – Ultrassom, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
16	Prestação de Serviços Médicos - Ultrassonografia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas
17	Prestação de Serviços Médicos – Anestesiologista, com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas
18	Prestação de Serviços Médicos - Anestesiologia RQE áreas diversas – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas
19	Prestação de Serviços Médicos - Anestesiologia – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas
20	Prestação de Serviços Médicos – Obstetra (ambulatório de alto risco) com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas
21	Prestação de Serviços Médicos - Obstetricia – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas
22	Prestação de Serviços Médicos – Ortopedista, com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas
23	Prestação de Serviços Médicos - Ortopedia – Local: Hospital Municipal Amélio João	Horas

	da Silva	
24	Prestação de Serviços Médicos – Pediatra, com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas
25	Prestação de Serviços Médicos - Pediatria – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas
26	Prestação de Serviços Médicos – Ultrassom, com RQE - Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas
27	Prestação de Serviços Médicos - Ultrassonografia – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas
28	Prestação de Serviços Médicos - Medico Generalista – setor de transporte e auxiliar cirurgico – Local:	Horas
29	Prestação de Serviços Médicos - Fonoaudiologo – Local: Centro Especializado em Reabilitação	Horas
30	Prestação de Serviços Médicos - Psicologo com especialização em Neuropsicologia, com testes de cognição – Local: Centro Especializado em Reabilitação	Horas
31	Prestação de Serviços Médicos - Terapeuta Ocupacional – Local: Centro Especializado em Reabilitação	Horas
32	Prestação de Serviços Médicos - Cirurgião Geral – com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva.	Horas
33	Prestação de Serviços Médicos - Psiquiatra – com RQE - Locais: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Centro de Reabilitação – CER.	Horas
34	Prestação de Serviços Médicos – Psiquiatria – Locais: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS E Centro de Reabilitação – CER.	Horas
35	Prestação de Serviços Médicos - Geriatria – com RQE – Locais: Centro de Especialidades Médicas – CEM, Hospital Municipal Amélio João da Silva e Atenção Básica.	Horas
36	Prestação de Serviços Médicos - Geriatria – Locais: Centro de Especialidades Médicas – CEM, Hospital Municipal Amélio João da Silva e Atenção Básica.	Horas

4.1.2. Metodologia de Cálculo

A estimativa das quantidades foi baseada nos seguintes critérios:

- Média histórica de atendimentos realizados nas unidades de saúde do município;
- Número de profissionais necessários para atender à demanda mínima exigida;
- Expansão da cobertura assistencial conforme planejamento da SEMUSA;
- Jornada semanal de trabalho definida para cada especialidade e local de atuação;
- Referências de carga horária conforme padrões do Sistema Único de Saúde (SUS).

A contratação prevista busca assegurar a disponibilidade de profissionais médicos especializados para suprir a demanda do município e garantir o atendimento adequado à população, evitando desassistência em áreas críticas da saúde pública.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A solução proposta para suprir a necessidade de profissionais e serviços médicos especializados no município de Rolim de Moura – RO consiste na **contratação de empresas especializadas por meio de credenciamento**, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021. O modelo de credenciamento permite que a administração pública estabeleça critérios técnicos e operacionais para a prestação dos serviços, garantindo a continuidade do atendimento à população sem a

necessidade de um processo licitatório tradicional que poderia comprometer a celeridade na alocação dos profissionais.

A prestação dos serviços ocorrerá **de acordo com a demanda real**, garantindo que o município somente pague pelos atendimentos efetivamente realizados. Os profissionais credenciados atuarão em diferentes unidades de saúde, incluindo:

- **Unidade de Pronto Atendimento (UPA)** – Atendimento de urgência e emergência.
- **Atenção Primária em Saúde (APS)** – Atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), com foco em medicina da família e comunidade.
- **Centro de Especialidades Médicas (CEM)** – Atendimentos especializados em cardiologia, ginecologia, neurologia, pediatria, oftalmologia, ultrassonografia, entre outros.
- **Hospital Municipal Amélio João da Silva** – Atendimentos hospitalares, cirurgias e suporte em anestesiologia, ortopedia, obstetrícia e pediatria.
- **Centro Especializado em Reabilitação (CER)** – Atendimento multidisciplinar com fonoaudiologia, neuropsicologia e terapia ocupacional.

A implementação da solução proposta proporcionará diversos benefícios, tais como:

- **Garantia de continuidade dos serviços de saúde** com alocação rápida de profissionais.
- **Flexibilidade na execução** dos serviços, permitindo a recomposição de profissionais e profissionais médicos conforme a necessidade.
- **Redução de encargos trabalhistas** para a administração pública, pois a contratação ocorre por meio de pessoa jurídica (PJ).
- **Eficiência na alocação de recursos públicos**, uma vez que o pagamento será realizado apenas pelos serviços efetivamente prestados.
- **Atendimento regionalizado e especializado**, considerando que Rolim de Moura é um polo de referência para municípios da Zona da Mata.
- **Conformidade com a legislação vigente**, garantindo maior transparência e segurança jurídica ao processo.

Com a implementação dessa solução, espera-se assegurar o acesso da população a serviços médicos especializados de forma contínua, eficaz e dentro dos princípios da economicidade, legalidade e eficiência da administração pública.

5.1. DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO:

5.1.1 Das Condições de Participação

5.1.1.1 Poderão participar do Credenciamento as pessoas jurídicas interessadas que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao seu objeto.

5.1.1.2 Os serviços deverão ser prestados, necessariamente, nas unidades públicas de saúde da Secretaria Municipal da Saúde (SEMUSA) da cidade de Rolim de Moura e no Distrito de Nova Estrela de acordo com o critério de distribuição definido no Anexo I e/ou conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

5.1.1.3 O credenciamento obedecerá às seguintes etapas:

I - Chamamento público, com a publicação de edital e respectivo regulamento;

II - Inscrição;

III - Habilitação;

IV - Assinatura do instrumento jurídico;

V - Publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do ente contratante ou jornal local de

grande circulação.

5.1.1.4 É vedada a participação de pessoas físicas.

5.1.1.5 É vedada a participação de pessoas jurídicas que:

- a) não atendam às condições e exigências contidas no presente Edital;
- b) tenham sofrido restrições de qualquer natureza resultantes de contratos firmados com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- c) profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado, bem como não tenha disponibilidade para cadastramento profissional junto ao CNES;
- d) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- e) também não poderão participar deste Credenciamento quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- f) Se enquadre em qualquer das hipóteses do art. 14º, da Lei nº 14.133/2021.
- g) Estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação.

5.1.1.6 Todas Pessoas Jurídicas que comparecerem à Chamada Pública e comprovarem as aptidões necessárias serão credenciados pelo Departamento de Compras e Licitações.

5.1.1.7 As Pessoas Jurídicas credenciadas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para assinatura do instrumento contratual que trata este edital, contados a partir da comunicação oficial da Secretaria Municipal da Saúde.

5.1.1.8 O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, ou interrompido conforme necessidade da administração pública, até o limite da permissibilidade conferida, na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

5.1.1.9 As Pessoas Jurídicas que vierem a ser credenciadas por força do presente Chamamento Público deverão iniciar suas atividades a partir da assinatura do contrato.

5.1.1.10 O inadimplemento contratual implicará em sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no respectivo contrato, assegurado o direito à ampla defesa.

5.1.1.11 As Pessoas Jurídicas credenciadas deverão manter durante todo o vínculo contratual as mesmas condições de habilitação constantes no instrumento editalício.

5.2. PRAZOS PARA O CREDENCIAMENTO

5.2.1 Os interessados em realizar a prestação de serviços profissionais e médicos, e que tenham habilitação para o exercício das funções previstas no edital, para atuação nas unidades de saúde, no âmbito da rede pública de saúde municipal, vinculadas à SEMUSA de Rolim de Moura/RO, de forma complementar, ser entregue após 05 (cinco) dias consecutivos contados a partir da publicação do Edital, em local e horários indicados no referido instrumento convocatório, até a revogação do credenciamento.

5.2.2 Os interessados deverão entregar toda a documentação pertinente num único ato, não sendo permitida a entrega fracionada, exceto nos casos previstos no próprio Edital.

5.3. DO ENVIO DE DOCUMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

5.3.1. Serão aceitos, para fins de inscrição, comprovação de requisitos ou quaisquer outras finalidades previstas neste edital, os documentos enviados por meio eletrônico, exclusivamente para o endereço de e-mail: cpl@rolimdemoura.ro.gov.br dentro dos prazos estabelecidos.

5.3.2. Os documentos deverão ser digitalizados e enviados em um único arquivo, no formato PDF,

com todas as páginas numeradas sequencialmente e organizadas em ordem concatenada, de modo a preservar a clareza e a completude das informações. O arquivo deverá estar legível, completo, devidamente assinado quando necessário, e identificado com os dados da pessoa jurídica e de seu representante legal no corpo do e-mail.

5.3.3. É de inteira responsabilidade do(a) remetente garantir o correto envio e a tempestividade da submissão, bem como a confirmação de recebimento pelo destinatário. Caso não receba confirmação automática ou resposta no prazo de 2 (duas) horas (durante o horário das 8h as 13h local) o(a) remetente deverá adotar as providências necessárias para obter manifestação expressa quanto à recusa ou não recebimento do material. A ausência dessa verificação poderá resultar na desconsideração do envio.

5.3.4. Arquivos enviados fora das especificações exigidas, em formato diferente, ilegíveis, incompletos, ou fora do prazo estabelecido serão automaticamente desconsiderados, sem possibilidade de complementação posterior.

5.4. DA PROPOSTA DO CREDENCIAMENTO

5.4.1 Apresentar declaração formal se comprometendo em praticar a prestação de serviços profissionais e profissionais médicos, e que tenham habilitação para o exercício das funções previstas no edital, para atuação nas unidades de saúde, no âmbito da rede pública de saúde municipal, vinculadas à SEMUSA de Rolim de Moura/RO.

5.4.2 No prazo estabelecido no subitem **5.2.1.**, apresentar o **requerimento de credenciamento (ANEXO IV)** juntamente com os demais documentos de qualificação e habilitação previstos no edital

5.5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

5.5.1 A documentação exigida para fins de credenciamento (qualificação técnica) será examinada por **Comissão Especial da SEMUSA**, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e o seu respectivo Edital, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, que será nomeada por meio de Portaria pela Excelentíssima senhora Secretária Municipal da Saúde, sendo composta por técnicos da SEMUSA.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Para garantir a adequada prestação dos serviços no município de Rolim de Moura – RO, a contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

6.1.1. Modalidade de Contratação

- A contratação será realizada por meio de **credenciamento de empresas especializadas**, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, permitindo a participação de diversas prestadoras de serviço que atendam aos critérios estabelecidos.
- O credenciamento possibilitará a contratação conforme a necessidade dos serviços, garantindo flexibilidade e continuidade no atendimento à população.

6.1.2. Qualificação Jurídica

As empresas interessadas deverão comprovar sua regularidade jurídica por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- Registro comercial no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

- Registro ou inscrição na entidade de classe correspondente (Conselho Regional de Medicina - CRM ou outros conselhos profissionais aplicáveis).

6.1.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

As empresas deverão apresentar comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, incluindo:

- Certidão de Regularidade Fiscal junto à Receita Federal e à Fazenda Estadual e Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Comprovação de regularidade no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Certidão de Regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

6.1.4. Qualificação Técnica

Para garantir a capacidade técnica da empresa na prestação dos serviços, deverão ser apresentados:

- **Atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por entidades públicas ou privadas, comprovando experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação;
- **Relação nominal dos profissionais** que compõem a equipe técnica, informando nome, CPF, carga horária, cargo, especialização e número de inscrição no respectivo conselho profissional;
- **Comprovante de inscrição no SCNES (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)** da empresa e dos profissionais a serem disponibilizados;
- **Registro de Qualificação de Especialidade (RQE)** para médicos especialistas, conforme exigência do Conselho Federal de Medicina (CFM).

6.1.5. Dos Critérios de Convocação dos Profissionais Credenciados

A convocação dos profissionais credenciados para execução dos serviços será realizada pela SEMUSA, com base em critérios técnicos, objetivos e isonômicos, observando-se a compatibilidade entre a especialidade ofertada e a demanda existente, respeitando-se as seguintes diretrizes:

- I – **Ordem cronológica de credenciamento homologado**, conforme protocolo administrativo;
- II – **Tempo de experiência comprovada na área específica de atuação**, conforme atestados de capacidade técnica ou declarações funcionais válidas;
- III – **Capacitações, cursos de atualização e/ou formações complementares na área de atuação**, devidamente comprovados por certificados;
- IV – **Disponibilidade declarada previamente pela empresa credenciada**, de acordo com as necessidades operacionais da rede de saúde;
- V – **Histórico de pontualidade, assiduidade e qualidade na prestação de serviços anteriores**, com base nos relatórios de fiscalização e avaliação técnica emitidos pela SEMUSA;
- VI – **Situações emergenciais ou de desassistência iminente**, hipótese em que a convocação poderá seguir critérios de urgência e conveniência administrativa, devidamente justificados.

Parágrafo único: A SEMUSA poderá, a seu critério, promover a **rotatividade entre os credenciados habilitados**, quando houver mais de um prestador apto à mesma função, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços e preservar a isonomia entre os credenciados.

6.1.6. Critérios de Execução dos Serviços

- Os profissionais contratados deverão cumprir a carga horária definida no Termo de Referência, respeitando a programação da SEMUSA e a escala de atendimento estabelecida.
- O atendimento será realizado nas unidades designadas, utilizando a infraestrutura e os equipamentos disponíveis no município.
- A empresa credenciada será responsável pela comunicação prévia (**mínimo de 24 horas**) da necessidade de substituição de profissionais, garantindo a continuidade do serviço.

- Os profissionais deverão seguir os protocolos clínicos estabelecidos pelo SUS e pela SEMUSA, garantindo a qualidade e segurança dos atendimentos.

6.1.7. Da Prestação dos Serviços

- O pagamento será realizado mensalmente, com base nas horas trabalhadas e nos serviços efetivamente prestados, mediante apresentação de relatórios e atesto da gestão municipal.
- A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por uma comissão designada pela SEMUSA, que verificará o cumprimento das obrigações contratuais.

6.2. SUSTENTABILIDADE

A empresa credenciada deverá adotar práticas sustentáveis durante a execução dos serviços, incluindo a redução do consumo de energia e água, bem como a implementação de um programa de gerenciamento de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes e alinhando-se à política ambiental da Administração Pública.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

Será vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da CREDENCIADA.

6.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que a exigência poderá ocorrer morosidade e acrescentar custos ao valor final previsto, e que sua ausência não implicará em prejuízos ao erário, avalia-se como dispensável a necessidade de caução ou modalidade similar.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a) Executar os serviços objeto deste Termo de Referência, mediante a atuação de profissionais especializados para execução dos serviços, sem interrupção, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes dos serviços executados.

7.1.1 Não poderão concorrer direta ou indiretamente neste credenciamento:

- a)** Servidor ou dirigente de órgão ou Entidade CREDENCIANTE ou responsável pela licitação, conforme artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b)** É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, participante de gerência ou Administração da empresa, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- c)** A Prefeitura de Rolim de Moura - RO, através da SEMUSA poderá realizar reduções ou acréscimos nos serviços, bem como cancelar qualquer intervenção que julgar impertinente, justificada com antecedência de 30 (trinta) dias.

7.1.2 A CREDENCIADA deverá disponibilizar dados de seu colaborador para inclusão no CNES da Unidade de Saúde para fins de faturamento de procedimentos do SUS e no SISREG para programação das agendas de atendimento.

7.1.3 Cada funcionário da CREDENCIADA deverá carimbar, assinar e datar os impressos médicos, prontuários, receituários e demais documentos relativos à atividade profissional no âmbito da Unidade de Saúde de modo a restar claro e objetivo seus dados para faturamento de procedimentos.

7.1.4 Deverá ser registrado nos impressos nome dos profissionais.

- 7.1.5** O responsável técnico da empresa é o responsável por verificar o cumprimento do devido registro da assistência nos documentos pertinentes.
- 7.1.6** A prestação dos serviços compreende a realização de horas médicas compatíveis com o horário de atendimento e programação da agenda no SISREG.
- 7.1.7** Os serviços prestados ocorrerão sob demanda e a critério da administração.
- 7.1.8** A SEMUSA enviará à CREDENCIADA, em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, a programação das agendas no SISREG para o mês.
- 7.1.9** Os profissionais cadastrados no SISREG deverão comparecer na unidade correspondente no horário determinado.
- 7.1.10** A CREDENCIADA, deverá prestar os serviços de acordo com os protocolos preestabelecidos pela SEMUSA e legislações vigentes.
- 7.1.11** As empresas credenciadas deverão ofertar serviços no âmbito das Unidades Especializadas desta municipalidade, mediante a realização de atendimento ambulatorial, com prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, cuidados paliativos, cuidado integrado e gestão qualificada, mediante trabalho em equipe multiprofissional, sobre os quais as equipes assumem a responsabilidades quanto ao atendimento da população.
- 7.1.12** A prestação dos serviços ocorrerá de acordo com a demanda e os valores serão pagos de acordo com o quantitativo de horas trabalhadas, conforme o estabelecido na Lei Municipal 3.054, de 28 de junho de 2023 e alterações.
- 7.1.13** O pagamento pelos serviços prestados será efetuado em até 30 (trinta) dias, observando o trâmite administrativo da prefeitura de Rolim de Moura - RO, de acordo com os valores estipulados no objeto, considerando o número de horas trabalhadas, que deverá ser comprovada através de relatório emitido pelo Responsável Técnico Médico e Gerente da Unidade, informando dias, local e horários da prestação do serviço durante o mês.
- 7.1.14** A CREDENCIADA estará ciente que, a SEMUSA receberá o profissional contratado, nas condições atuais das Unidades de Saúde.
- 7.1.15** Não será aceito atestado médico ou falta, na interrupção da prestação do serviço, de tal modo que a empresa deverá comunicar com antecedência de mínima de 24 horas para que a Administração Pública, possa providenciar profissional para substituição de profissional em caso impeditivo do comparecimento para o cumprimento de horas pré-estabelecidas.
- 7.1.16** A CREDENCIADA deverá apresentar escala médica, com até 03 (três) dias de antecedência, descrevendo o profissional que irá cumpri-la. O processo de trabalho e a distribuição da carga horária (horas médicas a serem cumpridas) do profissional médico é de responsabilidade da SEMUSA, que deverá levar em consideração o déficit dos profissionais médicos nas Unidades de Atenção Especializada, a fim de garantir à população amplo acesso à saúde.
- 7.1.17** A CREDENCIADA deverá ter cuidado com a pontualidade na prestação do serviço aos usuários para evitar desgastes dos mesmos, sob pena de descontos no pagamento e aplicação de sanções previstas neste edital, em seu termo de referência, bem como, na Lei 14.133/21.
- 7.1.18** A prestação de serviços pela CREDENCIADA, deverá respeitar a legislação vigente no âmbito municipal, estadual e federal, as determinações das normas e dos Regimentos Internos das Unidades de Saúde e/ou similares, cumprimento dos Protocolos estabelecidos pelo município para todos os tipos de agravos e/ou condições de saúde e dos fluxos estabelecidos pela SEMUSA de Rolim de Moura - RO.
- 7.1.19** Para fins de comprovação da realização do serviço, utilizar-se-á os registros em prontuários e registro de frequência por meio de ponto eletrônico nas Unidades de Saúde, confirmando o atendimento realizado pelo profissional executante na jornada trabalhada.

7.1.20 A CREDENCIADA, através de seu profissional, deverá alimentar e manter atualizado, conforme prazos estabelecidos pela SEMUSA, planilhas de acompanhamento/monitoramento estabelecidas, prontuário físico ou eletrônico, Fichas de Notificação e/ou similares e os Sistemas de Informação em uso, bem como deverá manter o registro dos usuários atendidos, relacionando o diagnóstico médico, tratamento adotado, evolução de saúde/doença e encaminhamentos realizados.

7.1.21 Prestar atendimento aos usuários do serviço de saúde pautando-se nas diretrizes da Política Nacional de Humanização, extinguindo qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços diretamente prestados ao usuário, bem como não deverá realizar a indicação/encaminhamentos para serviços privados, através de ofertas ou similares, que obriguem o desembolso financeiro do usuário.

7.1.22 As empresas credenciadas responderão exclusiva e integralmente pela utilização de seu contratado, para a execução do objeto do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SEMUSA.

7.1.23 As Pessoas Jurídicas credenciadas deverão manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento.

7.1.24 As empresas credenciadas deverão contribuir para a manutenção dos registros atualizados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e Sistema Nacional de Regulação.

7.1.25 As Pessoas Jurídicas credenciadas deverão prestar o serviço contratado a partir do momento da assinatura do contrato.

7.1.26 Não poderá haver qualquer obstáculo ou impedimento às vistorias e avaliações técnicas dos serviços prestados pela empresa que serão realizadas pelas áreas técnicas da SEMUSA.

7.1.27 As empresas credenciadas ficarão sujeitas à auditoria da SEMUSA durante a vigência do contrato.

7.1.28 As Pessoas Jurídicas credenciadas deverão comunicar à SEMUSA toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

7.1.29 A empresa credenciada deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar à SEMUSA ou terceiros, tendo como agente ao prestador contratado, na pessoa de prepostos ou estranhos.

7.1.30 As Pessoas Jurídicas credenciadas deverão apresentar sempre que solicitado pela SEMUSA, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

7.1.31 Obedecer ao Código de Ética Médica e Lei do Exercício profissional pertinente.

7.1.32 Utilizar todos os equipamentos de proteção individuais disponíveis, fornecidos pela SEMUSA.

7.1.33 Realizar outras ações e atividades, de acordo com as prioridades locais, definidas pela SEMUSA de Rolim de Moura - RO.

7.2 DA RESPONSABILIDADE CIVIL

7.2.1 A CREDENCIADA reconhece que é a única e exclusiva responsável civil e criminal por danos ou prejuízos que vier a causar à CREDENCIANTE, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a CREDENCIANTE, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

7.2.2 Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente pelo bom estado e boa qualidade da

prestação de serviços médicos respondendo perante a Administração da CREDENCIANTE, inclusive órgão do poder público, por ocorrência de procedimentos inadequados para os fins previstos no presente contrato.

7.2.3 Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente por vínculos trabalhistas, entre os funcionários das partes CREDENCIANTES com a outra parte, arcando cada qual com o pagamento de todos os tributos e encargos decorrentes deste instrumento, que sejam de sua responsabilidade, quer sejam trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários, fiscais e para-fiscais, inclusive e em especial de seus empregados/prepostos que trabalharão para a realização do objeto, especialmente aqueles denominados como FGTS, INSS, PIS, SEGURO.

7.3 QUANTO A SUPERVISÃO

7.3.1 O quadro técnico da Unidade de Saúde realizará supervisão dos serviços prestados, e para tal é necessário, não excluindo a responsabilidade da CREDENCIADA pela supervisão técnica de seus funcionários conforme legislação ética profissional.

7.3.2 A CREDENCIANTE deverá Disponibilizar à CREDENCIADA todas as normas e/ou rotinas de segurança vigentes na Unidade.

7.3.3 Comunicar por escrito à CREDENCIADA, qualquer falha ou deficiência do serviço, exigindo a imediata correção.

7.3.4 O empregado da CREDENCIADA deverá cumprir as normas e rotinas das unidades integralmente, sendo o não cumprimento dessas causas para penalidades previstas no instrumento contratual.

7.4 DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA FINS DE FATURAMENTO A CREDENCIADA

7.4.1 A CREDENCIANTE, acompanhará a avaliação da qualidade do atendimento, cujos relatórios servirão de subsídio para a comissão de fiscalização e gestor de contratos que estabelecerá e implantará formas e métodos de controle de qualidade, de acordo com a legislação vigente.

7.4.2 A CREDENCIADA se obriga a permitir que a equipe de controle, avaliação e auditoria da CREDENCIANTE e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito ao objeto deste instrumento.

7.4.3 A avaliação será considerada pela CREDENCIANTE para aquilatar a necessidade de solicitar à CREDENCIADA que melhore a qualidade dos serviços prestados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, a qualquer tempo, rescindir o presente Contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado, declarações sobre seu desempenho.

7.4.4 A CREDENCIADA fica obrigada a preencher toda a documentação referente ao atendimento prestado ao paciente, bem como, os documentos necessários ao processo de serviços e de faturamento pela Unidade Hospitalar, junto ao contrato SUS.

7.4.5 A CREDENCIADA deverá produzir Planilha de Controle Mensal para todos os pacientes, contendo Timbre da Unidade, Identificação do Autor e Diretor, bem como todos os dados dos pacientes como: (Nome Completo, Idade, CNS, RG e CPF, Endereço, Telefone, Descrição do procedimento e Data do Procedimento).

7.4.6 O Faturamento será condicionado à produção consolidada dos procedimentos autorizados pelo SISREG.

7.4.7 Mensalmente a Central de Regulação enviará relatório da produção físico- financeira para a Unidade Executante e para o DRAC/SEMUSA a fim de conferir a transparência na execução do contrato.

7.4.8 Designar por escrito, no ato de recebimento da autorização de serviços, **preposto** para tomar as decisões compatíveis com os compromissos assumidos e com poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

7.4.9 A fiscalização pela **CREDENCIANTE** não desobriga a **CREDENCIADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento (Cabe ressaltar que caso a empresa ganhadora tenha sua sede em outra unidade federativa a fiscalização pela **CREDENCIANTE** ficará condicionada aos trâmites processuais locais para liberação do deslocamento da equipe de controle e avaliação e ou comissão de fiscalização de contrato).

7.4.10 A **CREDENCIADA** permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

7.4.11 Providenciar imediata correção dos erros apontados pela fiscalização, quanto à execução dos serviços.

7.5. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.5.1 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6 FISCALIZAÇÃO

7.6.1 A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/21.

7.6.2 A Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato efetuarão a fiscalização do fornecimento, a qualquer instante, solicitando à contratada, sempre que julgar conveniente, informações sobre o seu andamento. A contratada deverá, então, prestar os esclarecimentos necessários e comunicar à Comissão Fiscalizadora e/ou Fiscal do Contrato quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final do fornecimento;

7.6.3 A Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato reservam-se o direito de exercer completa fiscalização do fornecimento a ser realizado, obrigando-se a contratada a permitir a entrada, a qualquer hora, de servidores designados por esta SEMUSA, nos locais de armazenamento, preparo e distribuição de suas instalações;

7.6.4 No desempenho de suas atividades, é assegurado à Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato o direito de verificar e exigir a perfeita execução do contrato em todos os termos e condições, inclusive todas as etapas da preparação das refeições pela contratada;

7.6.5 A Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências dos serviços da Contratada;

7.6.6 A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a contratada de total responsabilidade de fornecer o objeto do contrato, com toda cautela e boa técnica.

7.6.7 A obrigação do Município de fiscalizar, não exime a futura contratada de suas responsabilidades diante dele e de terceiros;

7.6.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.7 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

7.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.3 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.4 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.5 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.7.6 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.7.7 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.8 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.8.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.9 GESTOR DO CONTRATO

7.9.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV)

7.10 DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES

7.10.1 A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do Equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

7.10.2 A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e Responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não exaustivas elencadas na Matriz de Risco.

7.10.3 A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.

7.11 DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

7.11.1 O contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato para os seus acréscimos, nos termos do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.2 Fica vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da contratada.

7.11.3 A CONTRATADA somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos.

8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

8.1.1 O pagamento será efetuado mensalmente mediante apresentação da nota fiscal e/ ou fatura pela CREDENCIADA acompanhada de escala de serviços previamente aprovada pela gestão das Unidades de Saúde, com o quantitativo de horas executados no período, devidamente atestadas pela Administração, por servidor especialmente designado pela autoridade competente e/ ou pelo Diretor da Unidade, que coordene a Unidade de Saúde, conforme disposto nos art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2 Após o recebimento da referida prestação de serviço, objeto dessa contratação, o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/ Fatura, devidamente certificada pelo setor competente com o registro de despesa devidamente liquidada e encaminhada para a SEMUSA.

8.1.3 A CREDENCIADA deverá emitir a fatura/nota fiscal em nome da Prefeitura do Município de Rolim de Moura – SEMUSA – Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 04.394.805/0001-18 Endereço: Av. João Pessoa, 4.478, CEP: 76.940-000.

8.1.4 **O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela CREDENCIANTE, será de até 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.**

8.1.5 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.1.6 Não será efetuado qualquer pagamento à CREDENCIADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.1.7 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

8.1.8 Ocorrendo erro no documento da cobrança, caso a Administração opte por devolver, o pagamento será susinado para que a CREDENCIADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo.

8.1.9 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.1.10 A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

8.1.11 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CREDENCIADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

8.1.12 A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CREDENCIADA, atentando-se para o recolhimento dos impostos e suas devidas competências (Federal, Estadual e Municipal), recolhendo portanto, a quem de direito se faz a cobrança do mesmo, sendo condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa da Receita Federal e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440), podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

8.1.13 A Nota Fiscal deverá indicar o número da Nota de Empenho correspondente, os números da Conta-Corrente, Agência e Banco para emissão da respectiva Ordem Bancária de Pagamento.

8.1.14 Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, desde que a CREDENCIADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento. Serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM: Encargos moratórios;

N: Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP: Valor da parcela em atraso;

I: Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$I = (TX)$	$I = 6/100$	$I = 0,00016438$
365	365	

8.2 FORMA DE PAGAMENTO

8.2.1 A forma de pagamento ocorrerá mensalmente, exclusivamente sobre os serviços efetivamente prestados, de acordo com o número total de horas realizadas no mês, onde deverão ser apresentadas na Comissão de Fiscalização conforme calendário preestabelecido: produção referente ao período requerido contendo documentos probantes (relação de pacientes atendidos com número total de horas realizadas no mês). Após análise da produção pela Comissão de Fiscalização, as notas fiscais, devem ser emitidas em 02 (duas) vias, e ser devidamente atestado pela Administração, conforme disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, através da Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços. A certificação deverá ser feita por comissão composta por servidores da

SEMUSA, contemplada neste termo de referência, devendo conter no corpo da mesma: a descrição do objeto, o número do Contrato e número da Conta Bancária da empresa vencedora do certame licitatório, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo dos serviços. No caso das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CREDENCIANTE poderá pagar apenas a parcela na controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da(s) futura(s) CREDENCIADA(S) de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a CREDENCIANTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas dos respectivos comprovantes de recolhimento de encargos sociais (INSS e FGTS) e certidões de regularidade fiscal, conforme determina a Lei.

8.2.2 Para a execução dos procedimentos, controle da qualidade dos serviços realizados e fins de pagamentos, estes devem obedecer aos critérios abaixo para autorização:

- a) A CREDENCIADA deverá apresentar a produção mensal na Comissão de Fiscalização, até o 5º dia útil para a análise da equipe de controle e avaliação, e/ou conforme calendário já estabelecido, a qual será submetida a análise sendo necessário tempo hábil para processamento das informações nos sistemas de informações do Ministério da Saúde.
- b) Apresentar ofício com identificação da empresa prestadora de serviço, contendo quantidade e valor dos procedimentos, devidamente assinado pelo representante legal da empresa, ressalta-se a necessidade que todas as folhas devem constar a assinatura do responsável, juntamente com o arquivo magnético.
- c) No caso de inconformidades detectadas na produção, a Comissão de Fiscalização encaminhará a notificação de indicação de glosa, onde a CREDENCIADA terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação de indicação de glosa, para apresentar suas justificativas e/ou impugnações das eventuais não conformidades, com as devidas documentações comprobatórias ao recurso impetrado. Salientamos a necessidade de apresentação de documentação complementar que esclareça o fato/procedimento que foi considerado indicativo a glosa, vale ressaltar, que a não apresentação da comprovação, o mesmo será objeto de glosa.
- d) A produção física apresentada pela CREDENCIADA deverá ser entregue na Comissão de Fiscalização para fins de avaliação e análise conforme o Termo de Referência e Legislação pertinente e os critérios estabelecidos no Manual Técnico Operacional dos Sistemas de Informações do Ministério da Saúde, Manual de Glosas do Sistema Nacional de Auditoria e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie.
- e) A equipe da comissão de fiscalização, acompanhará a avaliação da qualidade do atendimento, controle e monitoramento dos serviços realizados, de acordo com a legislação vigente, com acesso a todos os documentos que se fizerem necessário.
- f) É obrigatório a CREDENCIADA manter atualizado o registro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme estabelece Portaria de Consolidação Nº 01, de 28 de Setembro de 2017, ou legislação em substituição, tendo em vista a possibilidade de rejeição total da produção no caso de falta de atualização do referido cadastro.
- g) Após a finalização dos trâmites administrativos na Unidade de Saúde, e a conclusão do Relatório de Controle e Avaliação, encaminhará o processo para os fiscais de contratos portariados pela SEMUSA, e este realizará os trâmites junto a comissão de recebimento, após a conclusão encaminhará o processo ao setor de contratos, conforme o fluxograma da SEMUSA.
- h) A emissão dos Relatórios de Controle e Avaliação deverá ser realizada por profissional

designado e devidamente capacitado pela SEMUSA.

- i) Fica terminantemente proibido a cobrança de quaisquer procedimentos, exames ou avaliações, aos usuários do Sistema Único de Saúde.
- j) Fica a critério do órgão desta Secretaria que realizará o Controle e Avaliação do Serviço, em caso de necessidade, a fim de esclarecer possíveis inconformidades solicitar novos instrumentos e/ou documentos para análise, bem como implementar e/ou modificar o processo de Controle e Avaliação com base nas portarias ministeriais e normativos internos desta Secretaria.

8.2.3 Apresentação de justificativas/Recurso de Glosa:

- a) A **CREDENCIADA** terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis (Lei Nº 14.133/2021), a contar do recebimento da notificação, para apresentar suas justificativas e/ou impugnações das eventuais não conformidades, com as devidas documentações comprobatórias, visto que deverá comprovar a execução do serviço considerado objeto de glosa, ou seja, apresentação de fatos novos.
- b) A **CREDENCIADA** deverá se comprometer a indicar no prazo de 5 (cinco) dias úteis endereço válido de e-mail para receber notificações da **CREDENCIANTE**, sendo de inteira responsabilidade da **CREDENCIADA** acompanhar as comunicações ali constantes. Em caso de omissão na indicação, considerar-se-á para esse fim o e-mail cadastrado em nome da **CREDENCIADA**.
- c) Caso a **CREDENCIADA** não dê recebido das notificações, considerar-se-á a **CREDENCIADA** automaticamente notificada após o transcurso de cinco dias corridos a contar do envio da notificação.
- d) Salientamos que caso a **CREDENCIADA** não comprove execução do serviço no prazo estabelecido na Notificação de indicação de Glosa, clarificamos que o mesmo será objeto de Glosa, gerando assim a aplicação do BDP.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, por meio de procedimento auxiliar CREDENCIAMENTO**, via Chamamento Público, fundamentado na Lei nº 14.133/2021.

9.1.2 As Exigências de Habilitação: Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica, estão condicionadas aos artigos 62 a 69 da Lei Federal n. 14.133/2021 e ainda ao Edital de licitação.

9.2 Da aplicação da Lei Federal 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES

9.2.1 Quanto à aplicação dos benefícios no art. 48, incisos I, II e III da Lei Federal n. 123/2006, para fins de participação nesta Licitação, considerando o objeto aquisição de bens de natureza divisível os quantitativos deste termo estão classificados da seguinte forma:

9.2.2 ITENS COM VALORES ATÉ R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão **EXCLUSIVOS PARA** participação de empresas com porte de **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS**, desde que atendam às exigências estabelecidas neste termo e no edital de licitação;

9.3 Qualificação Técnica e Responsabilidade Técnica

9.3.1 **Atestado de Capacidade Técnica** de fornecimento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução dos serviços compatíveis com o objeto deste termo, e ainda: Podendo ser comprovado por meio de contratos de prestação de serviços ou equivalente,

podendo ser aceito o somatório dos contratos apresentados desde que não sejam em períodos concomitantes.

9.3.2 Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

9.3.3 Quando empresa médica, esta deverá fazer a indicação de médico, responsável técnico pela empresa, com o devido registro no CRM.

9.3.4. Comprovante de registro ou inscrição da empresa nos respectivos conselhos regionais.

9.3.5. Cópia da Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal ou Alvará de Funcionamento relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto do Chamamento Público.

9.3.6. A empresa deverá apresentar o cadastro atualizado no SCNES – Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Base Municipal ou Nacional), bem como, dos profissionais devem disponibilizar carga horária necessária para execução.

9.3.7. Comprovante de Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

9.3.8. Certidão que comprove adimplência/quitação de anuidade junto ao Conselho Regional da Categoria;

9.3.9. Atualização do CNES de acordo com a Portaria SAS 134 de 05 de abril de 2011, junto a Secretaria Municipal de Saúde deste município; fica dispensado para empresas que prestarem os atendimentos nas unidades de Saúde pertencentes ao município;

9.3.10. Alvará Vigilância Sanitária; fica dispensado para empresas que prestarem os atendimentos nas unidades de Saúde pertencentes ao município;

9.3.11. Relação nominal do profissional, informando nome, CPF, carga horária, cargo, função, especialização e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, apresentação de SCNES individual de cada profissional com disponibilização de horas à empresa, declaração feita pelo profissional informando o vínculo, assinada e com reconhecimento de firma.

9.3.12. Certificado de registro da Instituição no respectivo Conselho Regional;

9.3.13. Apresentação Diploma de Graduação, Certificado de Especialidade ou especialização Médica ou diploma de pós-graduação do objeto deste certame, documentos pessoais, Comprovação de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES, Registro no Conselho de Classe competente; e demais documentos que comprovem a veracidade das informações, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser apresentadas junto com a assinatura do contrato;

9.3.14. Declaração de Entidade Filantrópica, se for o caso.

9.3.15. O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA HORA DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de valores da hora da presente contratação considerou os preceitos estabelecidos pela legislação municipal pertinente, notadamente a Lei nº 4.118/2022 e suas alterações (em anexo), a qual versa sobre a remuneração dos serviços prestados por médicos credenciados pela SEMUSA.

11. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Rolim de Moura/RO, mediante previsão abaixo em 2025:

02.08.01 – Secretaria Municipal de Saúde

05.011.10.122.0013.2.077. – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUSA/FMS

3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros - PJ. FICHA: 45.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 A supervisão dos serviços da CREDENCIADA, através de seu quadro técnico que deverá periodicamente encaminhar relatórios desta supervisão aos seus superiores hierárquicos;

12.2 Controle estatístico dos serviços realizados;

12.3 Emitir mensalmente quadro com previsão ou estimativa de necessidade de horas e em qual Unidade de Saúde especializada será realizada;

12.4 Tomar todas as providências administrativas cabíveis, levando a conhecimento da Autoridade Administrativa o que ultrapassar sua competência;

12.5 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao fiel cumprimento do contrato que venham a ser solicitados;

12.6 Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento, e cumprir com as disposições editalícias e contratuais;

12.7 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que forem executados e/ou entregues de forma diversa da especificada neste Termo de Referência;

12.8 Acompanhar e fiscalizar os serviços através da Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato e aplicar punições, quando for o caso, de forma prevista neste termo de referência em desfavor da CREDENCIADA sempre que esta der causa, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis ao caso concreto, inclusive danos causados aos usuários dos serviços, em virtude da má execução destes, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior;

12.9 Notificar a CREDENCIADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços;

12.10 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.11 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.2.1. Garantir a qualidade dos serviços prestados, respondendo, na forma da Lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do objeto contratual;

13.2.2. Realizar atendimento de segunda a sexta-feira, ou conforme escala, para atender o serviço;

13.2.3. Não subcontratar em parte ou no todo o contrato oriundo destes serviços;

13.2.4. Enviar a documentação de liquidação de fatura para fins de pagamento, sendo isso, de inteira responsabilidade da futura CREDENCIADA;

13.2.5. Capacitar o pessoal que prestará os serviços;

- 13.2.6.** Fornecer e manter as suas expensas, todos os materiais de proteção e segurança indispensáveis para a execução dos serviços que assim o exigirem, em quantidades compatíveis com o número de funcionários que atuarão na execução dos serviços;
- 13.2.7.** Permitir e assegurar à CREDENCIANTE o direito irrestrito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as especificações;
- 13.2.8.** Prestar à SEMUSA, os esclarecimentos necessários à execução dos serviços;
- 13.2.9.** O profissional deverá estar habilitado em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.2.10.** Apresentar-se devidamente uniformizado e identificado por meio de crachá (responsabilidade da CREDENCIADA), além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, fornecidos pela CREDENCIANTE.
- 13.2.11.** Apresentar à CREDENCIANTE, quando for o caso, a relação nominal do profissional que adentrará a Unidade de Saúde para a execução do serviço;
- 13.2.12.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CREDENCIANTE;
- 13.2.13.** Relatar à CREDENCIANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 13.2.14.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.2.15.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.2.16.** Indicar, na proposta, o sindicato e o acordo, convenção coletiva ou sentença normativa que rege a categoria profissional que executará os serviços e as respectivas datas-base e vigência, com base no Código Brasileiro de ocupações – CBO;
- 13.2.17.** Implantar, de maneira adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, objetivando a obtenção de uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo em perfeita ordem todas as dependências dos prédios abrangidos pelo contrato;
- 13.2.18.** Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração e em consonância com a fiscalização do contrato;
- 13.2.19.** Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade;
- 13.2.20.** Será substituída imediatamente, sempre que exigido pela fiscalização do contrato e independentemente de qualquer justificativa por parte deste, qualquer CONTRATADO cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da CREDENCIANTE ou ao interesse público;
- 13.2.21.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes em âmbito municipal, estadual e federal, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às de segurança e medicina do trabalho;
- 13.2.22.** Responsabilizar-se pelo cumprimento, das normas disciplinares da Administração;
- 13.2.23.** Os Contratados deverão utilizar uniforme estabelecido pela SEMUSA, conforme padronização interna adequado às atividades;
- 13.2.24.** Submeter à apreciação da CREDENCIANTE, para aprovação, amostras dos uniformes que serão utilizados na execução do contrato, podendo ser solicitada a substituição daqueles que não atenderem às especificações.

- 13.2.25.** Os Contratados deverão estar com o uniforme completo desde o primeiro dia da prestação do serviço;
- 13.2.26.** Caberá à CREDENCIADA garantir o uso diário de EPI, fornecido pela CREDENCIANTE;
- 13.2.27.** Identificar-se com crachá, que deverá conter o nome da empresa prestadora, foto recente do prestador de serviço, nome completo e, em destaque e fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário. O crachá deverá ser utilizado diariamente e durante todo o expediente;
- 13.2.28.** Realizar, às suas expensas, sempre que necessário e em função de atualizações tecnológicas e/ou alterações de processos de trabalho, o treinamento e reciclagem, visando manter o nível dos serviços contratados;
- 13.2.29.** Se necessário, e a critério da CREDENCIANTE, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente à CREDENCIADA, podendo, nesse caso, haver compensação de horário;
- 13.2.30.** Em caso de mudança de endereço da unidade, seja qual for o motivo, a CREDENCIADA deverá executar os serviços nos novos endereços, desde que localizados no mesmo município;
- 13.2.31.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;
- 13.2.32.** Nomear encarregado responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos fiscalizando e ministrando orientações que se fizerem necessárias;
- 13.2.33.** Nomear PREPOSTO, aceito pela Administração, no local da prestação do serviço, para manter contato com o fiscal da CREDENCIANTE, solicitando as providências necessárias ao bom andamento dos serviços, recebendo as reclamações vindas da Administração e tomando as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas;
- 13.2.34.** O Preposto deverá exercer a supervisão e controle do pessoal, inclusive quanto ao cumprimento das atividades diárias, jornada de trabalho, utilização de uniformes e crachás, respondendo por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelos empregados da CREDENCIADA;
- 13.2.35.** O empregado alocado para a execução do contrato estará hierarquicamente subordinado ao Preposto;
- 13.2.36.** Essa supervisão será de inteira responsabilidade da CREDENCIADA, não se fazendo necessária qualquer manifestação da CREDENCIANTE sobre a sua requisição, cabendo à CREDENCIADA apropriar este custo nas Despesas Operacionais;
- 13.2.37.** O preposto será responsável por:
- a)** Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização;
 - b)** reportar-se, sempre que houver necessidade, ao fiscal de contrato designado pela Administração;
 - c)** Providenciar e manter, permanentemente atualizado, um Livro de Ocorrências composto de duas partes com as seguintes finalidades: na primeira parte serão obrigatoriamente registradas pela CREDENCIADA, as ocorrências observadas na execução dos serviços, as respostas às consultas formuladas pela CREDENCIANTE e as soluções adotadas quanto às determinações recebidas; na segunda parte serão obrigatoriamente registradas pela CREDENCIANTE as orientações dadas, as respostas às consultas formuladas pela CREDENCIADA, o juízo formal sobre o andamento dos

serviços, a qualidade da execução e as suas determinações.

13.2.38. O preposto deverá fornecer número de telefone fixo e móvel, bem como endereço eletrônico, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados;

13.2.39. Fazer seguro de seu contratado contra riscos de acidente de trabalho, responsabilizando-se também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual, conforme exigência legal;

13.2.40. Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da CREDENCIANTE e/ou terceiros que tenha sido danificado ou extraviado sob sua guarda ou responsabilidade;

13.2.41. Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à CREDENCIANTE e/ou terceiros por sua atuação, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou omissão da CREDENCIADA ou de quem em seu nome agir;

13.2.42. Tomar ciência sobre as normas repassadas pela Administração da unidade, inclusive das proibições e seus deveres;

13.2.43. Manter durante toda execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2.44. Caso a CREDENCIADA não comprove a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual, constituir-se-á inexecução parcial do contrato, incidindo as sanções cabíveis;

13.2.45. Manter vínculo empregatício do contratado, sendo responsável pelo pagamento dos salários e demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, fiscais e para fiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes – conforme a natureza jurídica da CREDENCIADA – incidentes sobre o objeto do contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da CREDENCIADA para com esses encargos não transfere à CREDENCIANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, e ensejará rescisão contratual caso a CREDENCIADA, mesmo após notificada, permaneça inadimplente. Fica esclarecido que não se estabelece, por força da prestação do serviço, qualquer relação de emprego com a CREDENCIANTE;

13.2.46. Comprovar o cumprimento, quando solicitado pela Administração, entre outras, das seguintes obrigações trabalhistas e sociais:

13.2.46.1. Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

13.2.46.2. Cópia do comprovante de Declaração à Previdência;

13.2.46.3. Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancária ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;

13.2.46.4. Recolhimento do FGTS referente ao mês anterior, quando solicitado pela Administração, por meio dos seguintes documentos:

13.2.46.5. Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SFIP (RE);

13.2.46.6. Cópia do protocolo de envio de arquivos emitido pela Conectividade Social (GFIP);

13.2.46.7. Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;

13.2.46.8. Eventuais cursos, treinamentos e reciclagem que forem exigidos por lei;

13.2.46.9. Cumprimento das obrigações contidas em acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa;

13.2.46.10. Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT;

13.2.46.11. Realização de todas as devidas anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social, conforme legislação e/ou solicitação da fiscalização do contrato;

13.2.46.12. Utilização de ponto eletrônico ou por outro meio que não seja padronizado;

13.2.46.13. Até que a CREDENCIADA faça tal comprovação, a CREDENCIANTE reterá a garantia prestada, podendo, ainda, utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 02 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no parágrafo único do artigo 65 da IN N.º 05/MPOG 05/2017.

A CREDENCIADA deverá permitir livre acesso em suas dependências da equipe de fiscalização e controle, com a finalidade de acompanhar e supervisionar os serviços executados.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput); sendo:

Fiscal do contrato: Ester Cardoso de Lima, cargo: Diretora Gestão Hospitalar, matrícula: 4110.

Substituto do fiscal de contrato: Jefer Borges Santos, cargo: Diretor de Gestão UPA, matrícula: 30437.

Gestor do contrato: Alessandro Martins Santos

14.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

14.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

14.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

14.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade;

14.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

14.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

14.8. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

X - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- XI - Dar causa à inexecução total do contrato;*
- XII - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*
- XIII - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*
- XIV - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*
- XV - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;*
- XVI - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsadurante a licitação ou a execução do contrato;*
- XVII - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;*
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

15.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:;

15.2.1 **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.2.2 **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Multa:

15.2.3.1 0,5% (cinco décimos por cento) até 30,0% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.2.3.2 0,5% (cinco décimos por cento) até 30,0% (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

15.2.3.3 0,5% (cinco décimos por cento) até 30,0% (trinta por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

15.2.3.4 As penalidades de multa, decorrentes de fatos diversos, serão consideradas independentes entre si.

15.2.3.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até 3 (três) anos; quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º).

15.3 Sanção Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis)

anos; justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo (§ 5º).

15.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.5 As sanções previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.7 A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.8 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.10 Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.11 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.12 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.13 Na aplicação das sanções, a autoridade competente, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16 INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO

16.2 O contrato a ser firmado com a empresa credenciada terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, prorrogável por igual período se ficar demonstrado o interesse pela administração.

16.3 O contrato poderá a qualquer tempo, ser alterado, suspenso ou rescindido, se a credenciada deixar de satisfazer as exigências do edital e/ou do contrato e as normas vigentes do Sistema Único de Saúde – SUS, ou em caso de homologação de aprovados em concurso público.

16.4 Em caso de alteração, suspensão ou rescisão do contrato **por parte da empresa**, está deverá apresentar ofício informando os motivos, com antecedência de 60 dias, a contar da data da entrega do ofício.

16.5 Da Contratação

16.5.1 A Contratação decorrente do credenciamento, ficará subordinada às normas da Lei nº 3.054, de 28 de junho de 2023 e Lei federal 14.133/2021 e será instrumentalizada por intermédio da assinatura do Contrato.

16.5.2 A contratação resultante do objeto deste instrumento, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelas Lei Municipais, Federais e Lei nº 8.078, de 11/09/90.

16.5.3 **As pessoas jurídicas credenciadas deverão firmar o contrato no prazo** de até 05 (cinco) dias, **contados da data de sua convocação**.

16.5.4 É da inteira responsabilidade das CREDENCIADAS, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do Contrato.

16.5.5 Conforme Art. 90 da Lei federal 14.133/2021, a Administração convocará regularmente o licitante CREDENCIADO para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

16.5.5.1 Conforme § 5º do Art. 90 da Lei federal 14.133/2021, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

16.5.6 A contratação resultante do objeto deste instrumento, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

16.6 Da Vigência Contratual

16.6.1 A vigência do contrato objeto desta contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, conforme preconiza a legislação vigente, observando o limite de 60 (sessenta) meses, na forma prevista nos artigos 105 a 107, da 14.133/2021 e suas alterações posteriores, desde que haja expressa manifestação da Administração, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a)** Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b)** A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;
- c)** O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- d)** O CONTRATADO concorde expressamente com a prorrogação.

16.7 DO REAJUSTAMENTO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.7.1 O valor estabelecido neste contrato é fixo e será reajustado exclusivamente em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 3.054, de 28 de junho de 2023.

16.7.2 Qualquer alteração no valor fixado neste contrato será realizada de acordo com as disposições legais contidas na referida lei municipal.

16.7.3 O reajuste do valor contratual será calculado de acordo com os critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 3.054/2023, baseando-se nos índices ou parâmetros determinados por esta legislação.

16.7.4 A variação do valor contratual para atender ao reajuste decorrente da Lei Municipal nº 3.054/2023, assim como as atualizações e compensações financeiras advindas das condições de pagamento previstas neste contrato, não configuram alteração do mesmo, podendo ser formalizadas por meio de apostila contratual.

16.8 Da Rescisão Contratual

16.7.1 Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no Art. 137 da lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições do Art. 138 da referida lei.

16.9 Da Cessão, Da Subcontratação E Transferência Do Contrato

16.9.1 Será vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da CREDENCIADA.

17. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

17.1. Os preços pertinentes ao contrato administrativo poderão ser reequilibrados na vigência do mesmo, desde que justificados de forma clara e convincente, dentro dos parâmetros legais, tomando como base de cálculo os índices em vigor (IPC/IGPM), em conformidade com os estabelecidos no inciso I “d” do Art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis.

17.2. A licitante vencedora comunicará, por escrito, solicitando as alterações de preços e a data de início da vigência dos mesmos, a fim de que a administração pública municipal possa fazer uma análise do pedido juntamente com a assessoria jurídica.

17.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

17.4. A resposta para o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será dada à CONTRATADA no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da protocolização.

18. DO CANCELAMENTO DA EXECUÇÃO:

18.1 - Constitui motivos para o cancelamento do Pedido e/ou Nota de Empenho do objeto:

- a) O não cumprimento de cláusulas deste anexo, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas deste anexo, especificações ou prazos;
- c) A lentidão no cumprimento do acordado, levando Secretaria requisitante a comprovar a impossibilidade na realização dos exames, no prazo estipulado;
- d) A paralisação da realização dos exames, sem justa causa ou prévia comunicação a Secretaria requisitante;
- e) A subcontratação total ou parcial do objeto, associação com outrem, à sessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução do acordado, sem prévio conhecimento e autorização da Secretaria requisitante;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Fiscalização, assim como a de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da Secretaria requisitante, designado para acompanhamento e fiscalização deste objeto;
- h) A decretação de falência;
- i) A dissolução da empresa contratada;
- j) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa do município, e exaradas no processo administrativo a que se refere esta contratação;
- k) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a empresa contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- l) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste anexo;
- m) Fica estabelecido que, caso a Prefeitura de Rolim de Moura – RO finalize o concurso público atualmente em fase de preparação, a contratação dos profissionais de saúde, incluindo os com especialidades médicas, será prioritariamente realizada por meio deste concurso. Em consequência, poderá ocorrer a rescisão antecipada do presente contrato, sem que tal ato gere qualquer direito a indenização para a contratada. Esta condição visa alinhar as necessidades temporárias à futura contratação permanente dos profissionais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração municipal.

19. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.

19.1 - As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

19.2 - Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rolim de Moura, Estado de Rondônia para solucionar as questões atinentes à licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Formalização, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

21. INFORMAÇÕES GERAIS

21.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3442-1091, no e-mail: semusa.rolimdemoura@gmail.com, e/ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal na Avenida João Pessoa, nº 4478, Centro, Rolim de Moura - RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021, e pela Lei Municipal nº 3.054 de 28 de junho de 2023 e alterações.

22.2 As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei 14.13/2021 e suas alterações, e/ou subsidiariamente no disposto acima, caso persista a pendência pelos Técnicos desta SEMUSA.

22.3 O credenciado compromete-se a aceitar, cumprir e fazer cumprir as determinações legais e demais normas emanadas do Ministério da Saúde, e órgãos e entidades a ele vinculadas e da SEMUSA, e a acatar as resoluções que regem o Sistema Único de Saúde – SUS.

22.4 O credenciado declara ainda, aceitar os termos das Normas Gerais do SUS, inclusive no que tange à sujeição às necessidades e demanda da SEMUSA.

22.5 O credenciado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato para os seus acréscimos, nos termos do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.6 O interessado deverá providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessário, não só para o credenciamento e assinatura do Contrato, como também, no decorrer dos serviços;

22.7 O interessado deverá responder por todos os ônus e obrigações concernentes à Legislação Fiscal, Social, Tributária e Trabalhista;

22.8 O presente credenciamento poderá ser anulado a qualquer tempo, se verificada ilegalidade no processamento ou julgamento, ou revogado, a juízo da Administração, por motivos de conveniência ou oportunidade, mediante decisão fundamentada.

22.9 Ainda como documentação complementar, no ato da assinatura, o Credenciado apresentará declaração expressa de que assumirá total e irrestrita responsabilidade por qualquer dano que venha a causar a PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA ou a terceiros, por si, seus representantes ou prepostos, quando da execução dos serviços contratados;

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

22.11 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

22.12 Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:

ANEXO I – Endereço das Unidades de Saúde

ANEXO II – Modelo de ofício/documento indicando a capacidade técnica total na prestação de serviços;

ANEXO III – Modelo declaração situação de regularidade

Rolim de Moura/RO, 29 de Maio de 2025

(Assinado digitalmente)

Geiciane Louback Feitosa
Secretária Municipal de Saúde
Decr.6.513/2025.

Elaborado por:
Talita Alves Soares Maciel
Matric. 30537

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Endereço das Unidades de Saúde

UNIDADE	ENDEREÇO
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	Avenida Recife, 5.463 – Centro
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	Conforme necessidade e demanda tanto para as Unidades da sede do Município quanto para a do Distrito de Nova Estrela
CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS – CEM	Rua Tocantis, 3.984 - Planalto
HOSPITAL MUNICIPAL AMÉLIO JOSÉ DA SILVA	Avenida Cuiabá, 5.414 - Planalto
CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - (CER)	Rua Rio Madeira, 3.971 - Planalto
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	Avenida Natal, 5562 - Planalto

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

Modelo de ofício/documento indicando a capacidade técnica total na prestação de serviços

Nome da empresa/pessoa física Papel

Timbrado

Conforme solicitação constante no Termo de Referência, segue abaixo tabela demonstrando a capacidade técnica da credenciada em quantidade, oferta mensal.

ITEM	SERVIÇO	CAPACIDADE TÉCNICA (QTD)	OFERTA MENSAL PARA O SUS	OFERTA ANUAL PARA O SUS

(Local),/...../.....

(assinatura do representante legal da Credenciada)

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

Modelo declaração situação de regularidade

Nome da empresa/pessoa física Papel
Timbrado

Declaramos, para fins de participação no CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO n°. XXXX/2025, que:

- Declaramos para os fins de direito, a inexistência de fato impeditivo e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Nos termos do Art. 70 da Lei nº. 14.133/2021, comprometemo-nos, sob as penas da Lei, levar ao conhecimento da SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE, qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a habilitação;
- Declaramos aceitar expressamente todas as condições fixadas nos Documentos de credenciamento, e, eventualmente, em seus Anexos e Suplementos, no que não conflitem com a legislação em vigor;
- Cumprimos com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

Declaramos, outrossim, que nos submetemos a qualquer decisão que a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE venha a tomar na escolha da credenciada, obedecidos os critérios estabelecidos no edital, reconhecendo, ainda, que não teremos direito a nenhuma indenização em virtude de anulação ou cancelamento do presente Credenciamento.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(Local),/...../.....

(assinatura do representante legal da Credenciada

ANEXO II

(Em papel timbrado da empresa emitente)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais, que _____, empresa estabelecida na cidade de _____, Estado do _____, sito a _____, n° _____, Bairro _____, inscrita no CNPJ sob n° _____, prestou serviços compatíveis com o objeto do Chamamento Público n. 01/2025, TERMO DE CREDENCIAMENTO N. 00/2025.

Registramos que a empresa prestou os serviços (descrição dos serviços prestados, especificando o prazo de execução).

Informamos ainda que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Cidade, _____ de _____ de _____. _____ [assinatura e nome do responsável da empresa emitente] CPF n° _____

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – 000/2025

O interessado, abaixo qualificado, requer sua inscrição no credenciamento do Município de Rolim de Moura/RO, que tem por objeto o “**credenciamento**”, nos termos do EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 000/2025.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE FIXO:

TELEFONE MÓVEL:

SITE/E-MAIL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTES DA PESSOA JURÍDICA:

REPRESENTANTE LEGAL (ADMINISTRADOR):

CPF:

RG:

TELEFONE FIXO:

TELEFONE MÓVEL:

SITE/E-MAIL:

REPRESENTANTE LEGAL (PROCURADOR):

CPF:

RG:

TELEFONE FIXO:

TELEFONE MÓVEL:

SITE/E-MAIL:

Local e data. _____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura

Nome:

Cargo:

CPF:

(Carimbo Padronizado do CNPJ)

OBS: Elaborar a proposta preferencialmente em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE OS PROPRIETÁRIOS E/OU RESPONSÁVEIS NÃO PERTECEM AO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS QUE EXERCEM CARGO DE CHEFIA E/OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA;

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], DECLARA, para todos os fins legais, que não pertencem ao quadro de servidores públicos que exercem cargo de chefia ou função de confiança no Município de Rolim de Moura/RO.

Local e data. _____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura

Nome:

Cargo:

CPF:

(Carimbo Padronizado do CNPJ)

OBS: Elaborar a proposta preferencialmente em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA DIRETA OU INDIRETA DE MENORES DE 18 ANOS

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], DECLARA, para todos os fins legais, que, em atendimento e ao disposto no art. 68, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

DECLARA ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Nada mais havendo a declarar.

Local e data. _____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura

Nome:

Cargo:

CPF:

(Carimbo Padronizado do CNPJ)

OBS: Elaborar a proposta preferencialmente em papel timbrado da empresa.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Eu, _____, inscrito no CNPJ _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei que, até a presente data, não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública. Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local e data. _____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura

Nome:

Cargo:

CPF:

(Carimbo Padronizado do CNPJ)

OBS: Elaborar a proposta preferencialmente em papel timbrado da empresa.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E DE ACEITE DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DO CREDENCIAMENTO 000/2025

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA/RO

Ref.: Edital de Credenciamento nº ____/2025

_____, de acordo com o edital de Credenciamento nº ____/2025, DECLARA que:

- a) Aceita as condições estabelecidas neste Edital;
- b) Tem pleno conhecimento da Tabela de valores aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Rolim de Moura/RO;
- c) Fornecerá a documentação complementar que lhe for solicitada;
- d) Assume inteira responsabilidade pela prestação dos serviços e se sujeita a todas as condições do presente Edital;
- e) Responderá pela veracidade das informações constantes da documentação e proposta que apresentar;

Local e data. _____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura

Nome:

Cargo:

CPF:

(Carimbo Padronizado do CNPJ)

OBS: Elaborar a proposta preferencialmente em papel timbrado da empresa.

ANEXO VIII

TERMO DE COMPROMETIMENTO COM OS PLANTÕES ASSUMIDOS;

Eu, CRM / Conselho

Competente comprometo-me a

assumir os seguintes plantões, a serem prestados

_____ de Rolim de Moura/RO, de

acordo com escala/tabela estabelecida pelo (a) coordenador (a) do mesmo, bem como de acordo com as urgências ora demandadas:

Local e data. _____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura

Nome:

Cargo:

CPF:

(Carimbo Padronizado do CNPJ)

OBS: Elaborar a proposta preferencialmente em papel timbrado da empresa.

ANEXO IX

MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], DECLARA, em atendimento ao CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 e para todos os fins legais, em especial em atendimento ao art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, que cumpre os requisitos legais para o enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apta a usufruir o tratamento favorecido assegurado em lei.

Declara ainda que está excluída das vedações constantes do art. 3º, § 4, da Lei Complementar nº 123/2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Declara, por fim, que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Nada mais havendo a declarar.

Local e data. _____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura

Nome:

Cargo:

CPF:

(Carimbo Padronizado do CNPJ)

OBS: Elaborar a proposta preferencialmente em papel timbrado da empresa.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A Prefeitura Municipal de Rolim de Moura – Rondônia.

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP] no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo de credenciamento em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação no credenciamento citado, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

Nada mais havendo a declarar.

Local e data. _____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura

Nome:

Cargo:

CPF:

(Carimbo Padronizado do CNPJ)

OBS: Elaborar a proposta preferencialmente em papel timbrado da empresa.

DECRETO Nº 6.591/2025

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 6.591/2025

“Altera os valores dos Plantões da Lei nº 4.118, de 06 de julho de 2022”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65, VI da Constituição Município.

CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo Único do Art. 11, da Lei nº 4.118, de 06 de julho de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Altera os valores dos Serviços Prestados aos médicos credenciados pela Secretaria Municipal de Saúde.

I - Médicos Especialistas: Plantões de 12 (doze) horas ou 24 (vinte e quatro) horas, no valor de R\$170,00 (cento e setenta reais) por hora trabalhada;

II - Médicos Clínicos Gerais: Plantões de 12 (doze) horas ou 24 (vinte e quatro) horas, no valor de R\$120,00 (cento e vinte reais) por hora trabalhada.

Art. 2º Os valores constantes no inciso I e II, do art. 1º, serão aplicados aos novos contratos de credenciamentos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rolim de Moura/RO, 02 de maio de 2025.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA

Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:

Luciani Fernandes

Código Identificador:F2338C9A

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 05/05/2025. Edição 3971

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ANEXO XII

RESOLUÇÃO Nº 018-CMS/2025



Resolução nº 018-CMS/2025 Rolim de Moura-RO, 29 de Abril de 2025.

O plenário do Conselho Municipal de Saúde em sua Reunião Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2025, no uso de sua competência regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8080 de 29 de novembro de 1990 e pela Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990.

CONSIDERANDO a Constituição Federal do Brasil de 1988, que estabelece a necessidade de estabelecimento de mecanismos de Financiamento do Setor da Saúde;

CONSIDERANDO a apresentação técnica pela Secretaria Municipal de Saúde, sobre Tabela diferenciada para remuneração dos serviços prestados por médicos e profissionais de áreas em saúde, credenciados pela Secretaria Municipal de Saúde. Após todas as discussões e análise de toda documentação apresentada, os membros conselheiros presentes aprovaram por unanimidade.

RESOLVE:

- Art. 1º- APROVAR** o Tabela diferenciada para remuneração dos serviços prestados por médicos e profissionais de áreas em saúde, credenciados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição - Especialidade ou Especialização Médica/Profissional	Valor da Hora (R\$)
01	Prestação de serviços Médicos Clínico Geral	120,00
02	Prestação de serviços Médicos com especialização	150,00
03	Prestação de serviços médicos, especialista com RQE	170,00
04	Prestação de serviços médicos, Obstetra (ambulatório de alto risco) especialista com RQE	180,00
05	Prestação de serviços médicos, Anestesiologista	200,00
06	Fonoaudiólogo	75,00
07	Psicólogo com especialização em Neuropsicologia	75,00
08	Terapeuta Ocupacional	75,00

- Art. 2º** - A presente Resolução foi aprovada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde e entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em Contrário.

Conselheiro: Rosenilda Maria Costa
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rolim de Moura

Homologa a Resolução nº **018/2025/CMS**, nas conformidades do artigo 1º. Parágrafo 2º. Da Lei Federal nº 8142 de 28 de dezembro de 1990.

Conselheiro: GEICIANE LOUBACK FEITOZA
Secretária Municipal de Saúde/SEMUSA

ANEXO XIII**TERMO DE CREDENCIAMENTO N. 01/2025****MINUTA DE CONTRATO N° 000/2025 – P.G.M.**

O **MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA –RO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 04.394.805/0001-18, com sede no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Av. João Pessoa n.º 4478, por seu representante legal o Prefeito (a) Municipal, Senhor (a), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 2043/2025 e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.DO OBJETO (art. 92, I e II): Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços médicos e profissionais da saúde, por meio de pessoa jurídica (PJ), para atendimento das unidades de saúde pertencentes ao Município de Rolim de Moura – Rondônia.

ITEM	DESCRIÇÃO E LOCAL DE ATENDIMENTO	UND	Valor Unit.
1	Prestação de Serviços Médicos - Medicina de emergência ou medico generalista - Local: UPA	Horas	R\$ 120,00
2	Prestação de Serviços Médicos - Medicina da família e Comunidade ou saúde coletiva ou medico generalista - Local: Atenção Primária em Saúde	Mês	R\$ 14.386,50
3	Prestação de Serviços Médicos – Cardiologista, com RQE - Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 170,00
4	Prestação de Serviços Médicos – Cardiologia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
5	Prestação de Serviços Médicos – Ginecologista, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 170,00
6	Prestação de Serviços Médicos – Ginecologia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
7	Prestação de Serviços Médicos – Neurologista, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 170,00
8	Prestação de Serviços Médicos – Neurologia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
9	Prestação de Serviços Médicos - Obstetra (ambulatorio de alto risco), com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 180,00
10	Prestação de Serviços Médicos – Obstetrícia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
11	Prestação de Serviços Médicos – Oftalmologista, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 170,00
12	Prestação de Serviços Médicos – Oftalmologia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
13	Prestação de Serviços Médicos – Pediatra, com RQE – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 170,00
14	Prestação de Serviços Médicos - Pediatria – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
15	Prestação de Serviços Médicos – Ultrassom, com RQE – Local: Centro de	Horas	R\$ 170,00

	Especialidades Médicas – CEM		
16	Prestação de Serviços Médicos - Ultrassonografia – Local: Centro de Especialidades Médicas – CEM	Horas	R\$ 150,00
17	Prestação de Serviços Médicos – Anestesiologista, com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 200,00
18	Prestação de Serviços Médicos - Anestesiologia RQE áreas diversas – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 170,00
19	Prestação de Serviços Médicos - Anestesiologia – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 150,00
20	Prestação de Serviços Médicos – Obstetra (ambulatório de alto risco) com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 170,00
21	Prestação de Serviços Médicos - Obstetrícia – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 150,00
22	Prestação de Serviços Médicos – Ortopedista, com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 170,00
23	Prestação de Serviços Médicos - Ortopedia – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 150,00
24	Prestação de Serviços Médicos – Pediatra, com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 170,00
25	Prestação de Serviços Médicos - Pediatria – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 150,00
26	Prestação de Serviços Médicos – Ultrassom, com RQE - Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 170,00
27	Prestação de Serviços Médicos - Ultrassonografia – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva	Horas	R\$ 150,00
28	Prestação de Serviços Médicos - Medico Generalista – setor de transporte e auxiliar cirurgico – Local:	Horas	R\$ 120,00
29	Prestação de Serviços - Fonoaudiologo – Local: Centro Especializado em Reabilitação	Horas	R\$ 75,00
30	Prestação de Serviços - Psicologo com especialização em Neuropsicologia, com testes de cognição – Local: Centro Especializado em Reabilitação	Horas	R\$ 75,00
31	Prestação de Serviços - Terapeuta Ocupacional – Local: Centro Especializado em Reabilitação	Horas	R\$ 75,00
32	Prestação de Serviços Médicos - Cirurgião Geral – com RQE – Local: Hospital Municipal Amélio João da Silva.	Horas	R\$ 200,00
33	Prestação de Serviços Médicos - Psiquiatria – com RQE - Locais: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Centro de Reabilitação – CER.	Horas	R\$ 170,00
34	Prestação de Serviços Médicos – Psiquiatria – Locais: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS E Centro de Reabilitação – CER.	Horas	R\$ 150,00
35	Prestação de Serviços Médicos - Geriatria – com RQE – Locais: Centro de Especialidades Médicas – CEM, Hospital Municipal Amélio João da Silva e Atenção Básica.	Horas	R\$ 170,00
36	Prestação de Serviços Médicos - Geriatria – Locais: Centro de Especialidades Médicas – CEM, Hospital Municipal Amélio João da Silva e Atenção Básica.	Horas	R\$ 150,00

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Chamamento Público;
- A Inexigibilidade de Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado e/ou aditado, por ambas as partes, apenas nos casos expressos na Lei de Licitações nº 14.133/2021.

2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII): A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) As solicitações serão direcionadas à CONTRATADA, que receberá a informação por e-mail ou telefone;

b) Executar os serviços objeto deste Termo de Referência, mediante a atuação de profissionais especializados para execução dos serviços, sem interrupção, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes dos serviços executados.

c) A Prefeitura de Rolim de Moura - RO, através da SEMUSA poderá realizar reduções ou acréscimos nos serviços, bem como cancelar qualquer intervenção que julgar impertinente, justificada com antecedência de 30 (trinta) dias.

d) A **CREDENCIADA** deverá disponibilizar dados de seu colaborador para inclusão no CNES da Unidade de Saúde para fins de faturamento de procedimentos do SUS e no SISREG para programação das agendas de atendimento.

e) Cada funcionário da **CREDENCIADA** deverá carimbar, assinar e datar os impressos médicos, prontuários, receituários e demais documentos relativos à atividade profissional no âmbito da Unidade de Saúde de modo a restar claro e objetivo seus dados para faturamento de procedimentos.

f) O responsável técnico da empresa é o responsável por verificar o cumprimento do devido registro da assistência nos documentos pertinentes.

g) A prestação dos serviços compreende a realização de horas médicas compatíveis com o horário de atendimento e programação da agenda no SISREG.

h) Os serviços prestados ocorrerão sob demanda e a critério da administração.

7.2.4 A SEMUSA enviará à CREDENCIADA, em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, a programação das agendas no SISREG para o mês.

j) Os profissionais cadastrados no SISREG deverão comparecer na unidade correspondente no horário determinado.

k) A **CREDENCIADA**, deverá prestar os serviços de acordo com os protocolos preestabelecidos pela SEMUSA e legislações vigentes.

l) As empresas credenciadas deverão ofertar serviços no âmbito das Unidades Especializadas desta municipalidade, mediante a realização de atendimento ambulatorial, com prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, cuidados paliativos, cuidado integrado e gestão qualificada, mediante trabalho em equipe multiprofissional, sobre os quais as equipes assumem a responsabilidades quanto ao atendimento da população.

m) A prestação dos serviços ocorrerá de acordo com a demanda e os valores serão pagos de acordo com o quantitativo de horas trabalhadas, conforme o estabelecido na Lei Municipal 3.054, de 28 de junho de 2023 e alterações.

n) **O pagamento pelos serviços prestados será efetuado em até 30 (trinta) dias**, observando o trâmite administrativo da prefeitura de Rolim de Moura - RO, de acordo com os valores estipulados no objeto, considerando o número de horas trabalhadas, que deverá ser comprovada através de relatório emitido pelo Responsável Técnico Médico e Gerente da Unidade, informando dias, local e horários da prestação do serviço durante o mês.

o) A **CREDENCIADA** estará ciente que, a SEMUSA receberá o profissional contratado, nas condições atuais das Unidades de Saúde.

p) Não será aceito atestado médico ou falta, na interrupção da prestação do serviço, de tal modo que a empresa deverá comunicar com antecedência de mínima de 24 horas para que a Administração Pública, possa providenciar profissional para substituição de profissional em caso impeditivo do comparecimento para o cumprimento de horas pré-estabelecidas.

q) A **CREDENCIADA** deverá apresentar escala médica, com até 03 (três) dias de antecedência, descrevendo o profissional que irá cumpri-la. O processo de trabalho e a distribuição da carga horária (horas médicas a serem cumpridas) do profissional médico é de responsabilidade da SEMUSA, que deverá levar em consideração o déficit dos profissionais médicos nas Unidades de Atenção Especializada, a fim de garantir à população amplo acesso à saúde.

- r) A CREDENCIADA deverá ter cuidado com a pontualidade na prestação do serviço aos usuários para evitar desgastes dos mesmos, sob pena de descontos no pagamento e aplicação de sanções previstas neste edital, em seu termo de referência, bem como, na Lei 14.133/21.
- s) A prestação de serviços pela CREDENCIADA, deverá respeitar a legislação vigente no âmbito municipal, estadual e federal, as determinações das normas e dos Regimentos Internos das Unidades de Saúde e/ou similares, cumprimento dos Protocolos estabelecidos pelo município para todos os tipos de agravos e/ou condições de saúde e dos fluxos estabelecidos pela SEMUSA de Rolim de Moura - RO.
- t) Para fins de comprovação da realização do serviço, utilizar-se-á os registros em prontuários e registro de frequência por meio de ponto eletrônico nas Unidades de Saúde, confirmando o atendimento realizado pelo profissional executante na jornada trabalhada.
- u) A CREDENCIADA, através de seu profissional, deverá alimentar e manter atualizado, conforme prazos estabelecidos pela SEMUSA, planilhas de acompanhamento/monitoramento estabelecidas, prontuário físico ou eletrônico, Fichas de Notificação e/ou similares e os Sistemas de Informação em uso, bem como deverá manter o registro dos usuários atendidos, relacionando o diagnóstico médico, tratamento adotado, evolução de saúde/doença e encaminhamentos realizados.
- v) Prestar atendimento aos usuários do serviço de saúde pautando-se nas diretrizes da Política Nacional de Humanização, extinguindo qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços diretamente prestados ao usuário, bem como não deverá realizar a indicação/encaminhamentos para serviços privados, através de ofertas ou similares, que obriguem o desembolso financeiro do usuário.
- w) As empresas credenciadas responderão exclusiva e integralmente pela utilização de seu contratado, para a execução do objeto do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SEMUSA.
- y) As Pessoas Jurídicas credenciadas deverão manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento.
- z) As empresas credenciadas deverão contribuir para a manutenção dos registros atualizados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e Sistema Nacional de Regulação.
- a.1) As Pessoas Jurídicas credenciadas deverão prestar o serviço contratado a partir do momento da assinatura do contrato.
- a.2) Não poderá haver qualquer obstáculo ou impedimento às vistorias e avaliações técnicas dos serviços prestados pela empresa que serão realizadas pelas áreas técnicas da SEMUSA.
- a.3) As empresas credenciadas ficarão sujeitas à auditoria da SEMUSA durante a vigência do contrato.
- a.4) As Pessoas Jurídicas credenciadas deverão comunicar à SEMUSA toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- a.5) A empresa credenciada deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar à SEMUSA ou terceiros, tendo como agente ao prestador contratado, na pessoa de prepostos ou estranhos.
- a.6) As Pessoas Jurídicas credenciadas deverão apresentar sempre que solicitado pela SEMUSA, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
- a.7) Obedecer ao Código de Ética Médica e Lei do Exercício profissional pertinente.
- a.8) Utilizar todos os equipamentos de proteção individuais disponíveis, fornecidos pela SEMUSA.
- a.9) Realizar outras ações e atividades, de acordo com as prioridades locais, definidas pela SEMUSA de Rolim de Moura – RO.

4.DO VALOR: O valor total da contratação não é previamente fixado, tendo em vista que se trata da prestação de serviços médicos sob a forma de plantões. Assim, o montante a ser pago será calculado com base na quantidade de plantões efetivamente realizados pelo CONTRATADO, conforme a escala acordada entre as partes e os valores previamente ajustados para cada plantão.

4.1 No valor será incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.DO PAGAMENTO: A forma de pagamento ocorrerá mensalmente, exclusivamente sobre os serviços efetivamente prestados, de acordo com o número total de horas realizadas no mês, onde deverão ser apresentadas na Comissão de Fiscalização conforme calendário preestabelecido: produção referente ao período requerido contendo documentos probantes (relação de pacientes atendidos com número total de horas realizadas no mês). Após análise da produção pela Comissão de Fiscalização, as notas fiscais, devem ser emitidas em 02 (duas) vias, e ser devidamente atestado pela Administração, conforme disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, através da Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços. A certificação deverá ser feita por comissão composta por servidores da SEMUSA, contemplada neste termo de referência, devendo conter no corpo da mesma: a descrição do objeto, o número do Contrato e número da Conta Bancária da empresa vencedora do certame licitatório, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo dos serviços. No caso das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CREDENCIANTE poderá pagar apenas a parcela na controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da(s) futura(s) CREDENCIADA(S) de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a CREDENCIANTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas dos respectivos comprovantes de recolhimento de encargos sociais (INSS e FGTS) e certidões de regularidade fiscal, conforme determina a Lei.

a) Para a execução dos procedimentos, controle da qualidade dos serviços realizados e fins de pagamentos, estes devem obedecer aos critérios abaixo para autorização:

b) A CREDENCIADA deverá apresentar a produção mensal na Comissão de Fiscalização, até o 5º dia útil para a análise da equipe de controle e avaliação, e/ou conforme calendário já estabelecido, a qual será submetida a análise sendo necessário tempo hábil para processamento das informações nos sistemas de informações do Ministério da Saúde.

c) Apresentar ofício com identificação da empresa prestadora de serviço, contendo quantidade e valor dos procedimentos, devidamente assinado pelo representante legal da empresa, ressalta-se a necessidade que todas as folhas devem constar a assinatura do responsável, juntamente com o arquivo magnético.

d) No caso de inconformidades detectadas na produção, a Comissão de Fiscalização encaminhará a notificação de indicação de glosa, onde a CREDENCIADA terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação de indicação de glosa, para apresentar suas justificativas e/ou impugnações das eventuais não conformidades, com as devidas documentações comprobatórias ao recurso impetrado. Salientamos a necessidade de apresentação de documentação complementar que esclareça o fato/procedimento que foi considerado indicativo a glosa, vale ressaltar, que a não apresentação da comprovação, o mesmo será objeto de glosa.

e) A produção física apresentada pela CREDENCIADA deverá ser entregue na Comissão de Fiscalização para fins de avaliação e análise conforme o Termo de Referência e Legislação pertinente e os critérios estabelecidos no Manual Técnico Operacional dos Sistemas de Informações do Ministério da Saúde, Manual de Glosas do Sistema Nacional de Auditoria e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

f) A equipe da comissão de fiscalização, acompanhará a avaliação da qualidade do atendimento, controle e monitoramento dos serviços realizados, de acordo com a legislação vigente, com acesso a todos os documentos que se fizerem necessário.

g) É obrigatório a CREDENCIADA manter atualizado o registro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme estabelece Portaria de Consolidação Nº 01, de 28 de Setembro de 2017, ou legislação em substituição, tendo em vista a possibilidade de rejeição total da produção no caso de falta de atualização do referido cadastro.

h) Após a finalização dos trâmites administrativos na Unidade de Saúde, e a conclusão do Relatório de Controle e Avaliação, encaminhará o processo para os fiscais de contratos portariados pela SEMUSA, e este realizará os trâmites junto a comissão de recebimento, após a conclusão encaminhará o processo ao setor de contratos, conforme o fluxograma da SEMUSA.

i) A emissão dos Relatórios de Controle e Avaliação deverá ser realizada por profissional designado e devidamente capacitado pela SEMUSA.

j) Fica terminantemente proibido a cobrança de quaisquer procedimentos, exames ou avaliações, aos usuários do Sistema Único de Saúde.

k) Fica a critério do órgão desta Secretaria que realizará o Controle e Avaliação do Serviço, em caso de necessidade, a fim de esclarecer possíveis inconformidades solicitar novos instrumentos e/ou documentos para análise, bem como implementar e/ou modificar o processo de Controle e Avaliação com base nas portarias ministeriais e normativos internos desta Secretaria.

5.1 Apresentação de justificativas/Recurso de Glosa:

e) A **CREDENCIADA** terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis (Lei nº 14.133/2021), a contar do recebimento da notificação, para apresentar suas justificativas e/ou impugnações das eventuais não conformidades, com as devidas documentações comprobatórias, visto que deverá comprovar a execução do serviço considerado objeto de glosa, ou seja, apresentação de fatos novos.

f) A **CREDENCIADA** deverá se comprometer a indicar no prazo de 5 (cinco) dias úteis endereço válido de e-mail para receber notificações da **CREDENCIANTE**, sendo de inteira responsabilidade da **CREDENCIADA** acompanhar as comunicações ali constantes. Em caso de omissão na indicação, considerar-se-á para esse fim o e-mail cadastrado em nome da **CREDENCIADA**.

g) Caso a **CREDENCIADA** não dê recebido das notificações, considerar-se-á a CREDENCIADA automaticamente notificada após o transcurso de cinco dias corridos a contar do envio da notificação.

h) Salientamos que caso a CREDENCIADA não comprove execução do serviço no prazo estabelecido na Notificação de indicação de Glosa, clarificamos que o mesmo será objeto de Glosa, gerando assim a aplicação do BDP.

6.DO REAJUSTE (art. 92, V): Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da assinatura do contrato.

6.1 Os preços pertinentes ao contrato administrativo poderão ser reequilibrados na vigência do mesmo, desde que justificados de forma clara e convincente, dentro dos parâmetros legais, tomando como base de cálculo os índices em vigor (IPCA/IBGE), em conformidade com os estabelecidos no Art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 A licitante vencedora comunicará, por escrito, solicitando as alterações de preços e a data de início da vigência dos mesmos, a fim de que a administração pública municipal possa fazer uma análise do pedido juntamente com a assessoria jurídica.

7.DAS ALTERAÇÕES (art. 124, 132 e 136): Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.2 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 167 e IN002/SEMACOL/2023): Comete infração administrativa nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado/fornecedor será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;**
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**
- III - dar causa à inexecução total do contrato;**
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;**
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;**
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;**
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;**
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;**
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;**
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;**
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;**
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

8.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as **seguintes sanções nos termos do art. 156:**

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;**
 - II - multa;**
 - III - impedimento de licitar e contratar;**
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:**
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;**
 - II - as peculiaridades do caso concreto;**
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;**
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;**
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.**
- § 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.**
- § 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.**

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;

b) Multa de: 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado dos serviços prestados prejudicados pela conduta do contratado, por qualquer das infrações, cumpre dizer que refere-se ao valor total após o processamento das inscrições;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

8.2 Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 158. *A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.*

§ 1º *Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.*

§ 2º *Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.*

§ 3º *Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.*

§ 4º *A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:*

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

8.5 Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

8.6 Art. 160. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

8.7 Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. **Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.**

8.8 Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. **A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.**

8.9 Art. 166. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 desta Lei caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo único. **O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.**

8.10 Art. 167. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 desta Lei caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.DA FISCALIZAÇÃO: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput); sendo eles:

9.1 Fiscal do contrato:

9.2 Substituto do fiscal de contrato:

9.3 Gestor do contrato:

A)Fiscal do Contrato (funções);

- Fiscalizar a execução dos serviços (objeto contratado);
- O fiscal do contrato acompanhará a **execução** do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- Caso ocorra descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- A fiscalização será conduzida por um fiscal de contrato, selecionado com base em conhecimento técnico pertinente ao objeto sob fiscalização. O fiscal será nomeado pelo gestor da pasta, através de portaria assinada e publicada no Diário Oficial – AROM.
- Receber e verificar a qualidade dos itens e serviços entregues, certificando-se de que atendem às especificações e condições do contrato.
- Fornecer informações e pareceres que auxiliem a Administração Pública na tomada de decisões sobre a continuidade ou rescisão do contrato.

B) Do Gestor de Contrato (funções): O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

- O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

- O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o

- aprimoramento das atividades da Administração;

- O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

- Preparar e planejar a execução do contrato, assegurando que todas as fases estejam bem definidas e que as condições contratuais sejam atendidas.

- Monitorar a execução do contrato para garantir que as cláusulas e condições acordadas sejam cumpridas.

- Assegurar que os prazos e quantidades acordados no contrato sejam respeitados.

- Propor alterações no contrato quando necessário, para atender a mudanças no projeto ou nas condições de execução.

- Auxiliar na formalização dessas alterações, garantindo que todas as modificações sejam registradas conforme exigido pela lei.

- Elaborar e submeter termos aditivos que possam ser necessários para a continuidade do contrato, dentro dos limites legais e contratuais.

- Autorizar e conferir a documentação necessária para os pagamentos ao contratado, assegurando que todos os procedimentos estejam corretos e completos.

- Atuar na resolução de conflitos e problemas que possam surgir durante a execução do contrato, buscando soluções que estejam em conformidade com a legislação e os interesses da Administração Pública.

- Coordenar o processo de encerramento do contrato, assegurando que todas as obrigações sejam cumpridas e que a documentação final seja devidamente arquivada.

10. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Aplica-se ao presente contrato todas as Legislações pertinentes ao mesmo e reguladoras dos preceitos de direito

público, bem como os itens aqui estabelecidos e no que faltar, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições do direito privado.

11.DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA: Conforme definido na nota de empenho nº/2025, sendo elemento de despesa, projeto atividade, unidade orçamentária

12.DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO: O contrato será celebrado no prazo de até 72 (setenta e duas) horas da data da ciência ao chamamento.

13.DAS GARANTIAS (art. 96): Não haverá garantia contratual nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133 de 2021.

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

14.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

14.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o presente instrumento e os termos de sua proposta;

14.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços contratados, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.3.Pagar à Contratada o valor resultante da contratação, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

14.4.Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

14.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.6 Notificar a Contratada, por escrito da ocorrência, de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

14.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei 14.133/2021 e neste Contrato;

14.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

14.10 Comunicar à Contratada no máximo em 24 horas antes do início do curso, sobre quaisquer alterações (substituição e/ou exclusão) na relação dos profissionais que realizarão o curso.

14.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.12 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

14.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.14 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

14.15 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento.

14.16 Comunicar à empresa contratada todas e quaisquer situações que tomar conhecimento, de descumprimento das cláusulas do contrato, e caso haja conhecimento de alguma conduta inadequada do responsável pela execução do projeto, também proceder à imediata comunicação à contratada;

14.17 Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

14.18 Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução de serviços;

14.19 Assegurar, quando exigível, o acesso dos colaboradores da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

14.20 Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

14.21 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

15.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (a): A forma de pagamento ocorrerá mensalmente, exclusivamente sobre os serviços efetivamente prestados, de acordo com o número total de horas realizadas no mês, onde deverão ser apresentadas na Comissão de Fiscalização conforme calendário preestabelecido: produção referente ao período requerido contendo documentos probantes (relação de pacientes atendidos com número total de horas realizadas no mês). Após análise da produção pela Comissão de Fiscalização, as notas fiscais, devem ser emitidas em 02 (duas) vias, e ser devidamente atestado pela Administração, conforme disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, através da Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços. A certificação deverá ser feita por comissão composta por servidores da SEMUSA, contemplada neste termo de referência, devendo conter no corpo da mesma: a descrição do objeto, o número do Contrato e número da Conta Bancária da empresa vencedora do certame licitatório, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo dos serviços. No caso das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CREDENCIANTE poderá pagar apenas a parcela na controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da(s) futura(s) CREDENCIADA(S) de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a CREDENCIANTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas dos respectivos comprovantes de recolhimento de encargos sociais (INSS e FGTS) e certidões de regularidade fiscal, conforme determina a Lei.

15.1 Para a execução dos procedimentos, controle da qualidade dos serviços realizados e fins de pagamentos, estes devem obedecer aos critérios abaixo para autorização:

15.2 A CREDENCIADA deverá apresentar a produção mensal na Comissão de Fiscalização, até o 5º dia útil para a análise da equipe de controle e avaliação, e/ou conforme calendário já estabelecido, a qual será submetida a análise sendo necessário tempo hábil para processamento das informações nos sistemas de informações do Ministério da Saúde.

15.3 Apresentar ofício com identificação da empresa prestadora de serviço, contendo quantidade e valor dos procedimentos, devidamente assinado pelo representante legal da empresa, ressalta-se a necessidade que todas as folhas devem constar a assinatura do responsável, juntamente com o arquivo magnético.

15.4 No caso de inconformidades detectadas na produção, a Comissão de Fiscalização encaminhará a notificação de indicação de glosa, onde a CREDENCIADA terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação de indicação de glosa, para apresentar suas justificativas e/ou impugnações das eventuais não conformidades, com as devidas documentações comprobatórias ao recurso impetrado. Salientamos a necessidade de apresentação de documentação complementar que esclareça o fato/procedimento que foi considerado indicativo a glosa, vale ressaltar, que a não apresentação da comprovação, o mesmo será objeto de glosa.

15.5 A produção física apresentada pela CREDENCIADA deverá ser entregue na Comissão de Fiscalização para fins de avaliação e análise conforme o Termo de Referência e Legislação pertinente e os critérios estabelecidos no Manual Técnico Operacional dos Sistemas de Informações do Ministério da Saúde, Manual de Glosas do Sistema Nacional de Auditoria e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

15.6 A equipe da comissão de fiscalização, acompanhará a avaliação da qualidade do atendimento, controle e monitoramento dos serviços realizados, de acordo com a legislação vigente, com acesso a todos os documentos que se fizerem necessário.

15.7 É obrigatório a CREDENCIADA manter atualizado o registro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme estabelece Portaria de Consolidação Nº 01, de 28 de Setembro de 2017, ou legislação em substituição, tendo em vista a possibilidade de rejeição total da produção no caso de falta de atualização do referido cadastro.

15.8 Após a finalização dos trâmites administrativos na Unidade de Saúde, e a conclusão do Relatório de Controle e Avaliação, encaminhará o processo para os fiscais de contratos portariados pela SEMUSA, e este realizará os trâmites junto a comissão de recebimento, após a conclusão encaminhará o processo ao setor de contratos, conforme o fluxograma da SEMUSA.

15.9 A emissão dos Relatórios de Controle e Avaliação deverá ser realizada por profissional designado e devidamente capacitado pela SEMUSA.

15.10 Fica terminantemente proibido a cobrança de quaisquer procedimentos, exames ou avaliações, aos usuários do Sistema Único de Saúde.

15.11 Fica a critério do órgão desta Secretaria que realizará o Controle e Avaliação do Serviço, em caso de necessidade, a fim de esclarecer possíveis inconformidades solicitar novos instrumentos e/ou documentos para análise, bem como implementar e/ou modificar o processo de Controle e Avaliação com base nas portarias ministeriais e normativos internos desta Secretaria.

15.12 Apresentação de justificativas/Recurso de Glosa:

15.13 A **CREDENCIADA** terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis (Lei Nº 14.133/2021), a contar do recebimento da notificação, para apresentar suas justificativas e/ou impugnações das eventuais não conformidades, com as devidas documentações comprobatórias, visto que deverá comprovar a execução do serviço considerado objeto de glosa, ou seja, apresentação de fatos novos.

15.14 A **CREDENCIADA** deverá se comprometer a indicar no prazo de 5 (cinco) dias úteis endereço válido de e-mail para receber notificações da **CREDENCIANTE**, sendo de inteira responsabilidade da **CREDENCIADA** acompanhar as comunicações ali constantes. Em caso de omissão na indicação, considerar-se-á para esse fim o e-mail cadastrado em nome da **CREDENCIADA**.

15.15 Caso a **CREDENCIADA** não dê recebido das notificações, considerar-se-á a CREDENCIADA automaticamente notificada após o transcurso de cinco dias corridos a contar do envio da notificação.

15.16 Salientamos que caso a CREDENCIADA não comprove execução do serviço no prazo estabelecido na Notificação de indicação de Glosa, clarificamos que o mesmo será objeto de Glosa, gerando assim a aplicação do BDP.

15.17 Manter durante toda execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.18 Caso a CREDENCIADA não comprove a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual, constituir-se-á inexecução parcial do contrato, incidindo as sanções cabíveis;

15.19 Manter vínculo empregatício do contratado, sendo responsável pelo pagamento dos salários e demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, fiscais e para fiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes – conforme a natureza jurídica da CREDENCIADA – incidentes sobre o objeto do contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da CREDENCIADA para com esses encargos não transfere à CREDENCIANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, e ensejará rescisão contratual caso a CREDENCIADA, mesmo após notificada, permaneça inadimplente. Fica esclarecido que não se estabelece, por força da prestação do serviço, qualquer relação de emprego com a CREDENCIANTE;

15.20 Comprovar o cumprimento, quando solicitado pela Administração, entre outras, das seguintes obrigações trabalhistas e sociais:

15.21 Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

15.22 Cópia do comprovante de Declaração à Previdência;

15.23 Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancária ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;

15.24 Recolhimento do FGTS referente ao mês anterior, quando solicitado pela Administração, por meio dos seguintes documentos:

15.25 Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SFIP (RE);

15.26 Cópia do protocolo de envio de arquivos emitido pela Conectividade Social (GFIP);

15.27 Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;

15.28 Eventuais cursos, treinamentos e reciclagem que forem exigidos por lei;

15.29 Cumprimento das obrigações contidas em acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa;

15.30 Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT;

15.31 Realização de todas as devidas anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social, conforme legislação e/ou solicitação da fiscalização do contrato;

15.32 Utilização de ponto eletrônico ou por outro meio que não seja padronizado;

15.33 Até que a CREDENCIADA faça tal comprovação, a CREDENCIANTE reterá a garantia prestada, podendo, ainda, utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 02 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no parágrafo único do artigo 65 da IN N.º 05/MPOG 05/2017.

15.34 A CREDENCIADA deverá permitir livre acesso em suas dependências da equipe de fiscalização e controle, com a finalidade de acompanhar e supervisionar os serviços executados.

16.DA SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, sob pena de imediata extinção.

17.EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 137, 138, 139): Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos **artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021**.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. *A extinção do contrato poderá ser:*

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Art. 139. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso

18.DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021.

19.DA PUBLICAÇÃO: Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

20.DA PROTEÇÃO DE DADOS: É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

20.1 Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

20.2 O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

20.3 Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes do CONTRATADO, tais como

número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

20.4 O CONTRATANTE declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATADO.

20.5 O CONTRATANTE fica obrigada a comunicar ao CONTRATADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

20.6. A comunicação não exime o CONTRATADO das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

20.7 O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

21.DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Rolim de Moura para dirimir os eventuais litígios e dúvidas que possam surgir.

E, por assim estarem certos e contratados assinam o presente instrumento particular de contrato em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, o qual vai devidamente registrado sob nº **000/2025**.

Rolim de Moura/RO, 20/05/2025.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO
PREFEITO DO MUNICÍPIO

CONTRATADA
